

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO- UFPE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE- SUDENE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.**

***CAPITAL SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL***

A experiência de Tabira- PE.

Sineide de Lima Gomes

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste como requisito à obtenção do título de mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves.

Recife, março de 2003.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO- UFPE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE- SUDENE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.**

***CAPITAL SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
A experiência de Tabira-PE.***

Sineide de Lima Gomes

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste como requisito à obtenção do grau de mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

Área de concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves
Orientador

Prof. Dr. Georges Antonio Pellerim da Silva
Examinador interno

Prof^a. Dr^a Lúcia Maria Góes Moltinho
Examinadora externa

Recife, março de 2003.

Ao povo de Tabira.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível graças à participação de um grupo de pessoas, dentre elas e de forma especial ao professor Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves, pelo profissionalismo, amizade e atenção dedicada à realização deste trabalho..

Em seguida gostaria de agradecer à Prefeitura Municipal de Tabira através da Secretaria de Educação pelo apoio financeiro a este estudo.

Aos meus pais e irmãos – razão da minha vida.

A Alberto Magno, por ter me ensinado a amar, ser feliz e viver.

A Antonio Francisco de Souza Neto- *in memoriam*, e sua família, pelo ajuda constante aos meus projetos de trabalho.

Ao Dr. Josete Alves do Amaral, ex-prefeito de Tabira pelo incentivo aos meus estudos e amizade verdadeira.

A Cida, Hardinéia, Rízia e Lívia, pela amizade preciosa, companheirismo e ajuda em muitos momentos de minha vida.

Aos técnicos do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, SUDENE/PNUD, pelo grande aprendizado.

Às associações organizadas da sociedade de Tabira e a todos que contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

O presente estudo visou avaliar a contribuição dos fatores Capital Social para a efetivação de um Programa de Desenvolvimento Local Sustentável no Município de Tabira, no Sertão de Pernambuco.

Contribuições teóricas a respeito tanto das pesquisas sobre Capital Social quanto sobre Desenvolvimento Sustentável são consideradas para a análise dos dados empíricos. Em particular, o estudo de Putnam (2000) sobre o processo de desenvolvimento institucional dos governos regionais na Itália representou a principal fonte para a fundamentação teórica do estudo.

A pesquisa empírica seguiu a metodologia do estudo de caso e foi concentrada na coleta de dados qualitativos primários, a partir de entrevistas em profundidades, e de análise de dados documentais.

Ao final, chega-se à conclusão de que há uma forte interação entre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável, pelo menos no que concerne ao caso estudado. Ou seja, tanto a existência de considerável estoque de Capital Social possibilita uma maior efetividade dos projetos de Desenvolvimento Sustentável, quanto à própria metodologia dos projetos de Capital Social.

ABSTRACT

This study intends to evaluate the contribution of factors related Social Capital to the effectiveness of program of Sustainable Local Development in the Municipality of Tabira in the State of Pernambuco, in Brazil.

Theoretical contributions from researches related to both Social Capital and Sustainable Development have been considered for analysis of the empirical data. Particularly, the work of Putnam (1999) on the process of institutional development of the regional governments in Italy was the main source of theoretical support of this study.

The empirical research followed the methodology of case studies and was centered in the gathering of primary qualitative data, by making in-depth interviews, as by the analysis of documents.

At the end, we achieve the conclusion that there is strong interaction between Social Capital and Sustainable Development, at least in what is concerned to the specific case analyzed here. In other words, while for one hand the presence of considerable stocks of Social Capital improves the effectiveness of projects related to Sustainable Development, on the other hand the methodology of the Sustainable Development programs – by stimulating the participation of the grass root actors – improve production of the stocks of Social Capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Mapa do Município de Tabira na micro-região do Sertão Pajeú	17
DIAGRAMA 1. Trade Off Gangorra entre Crescimento Econômico e Consciência Ambiental.	44
DIAGRAMA 2 .Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.	50
DIAGRAMA 3. Processo de Desenvolvimento da Pesquisa	57
DIAGRAMA 4. Teia - Capital Social e Desenvolvimento Sustentável	59

LISTA DE GRÁFICOS / TABELAS

GRÁFICO	1.Potencial dos Solos do Município para a Agricultura.	20
TABELA	1 .Distribuição da População	23
GRÁFICO	2. Evolução da População do Município.	23
TABELA	2. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Tabira- 1970 a 1991.	24
GRÁFICO	3. Condição do Agricultor com relação à Terra.	25
GRÁFICO	4. Composição Básica das Transações na Feira Municipal.	27
TABELA	3. Origens dos Principais Produtos Comercializados na Feira de Tabira.	28
TABELA	4. Distribuição por Setor dos Terminais Telefônicos	28
TABELA	5. Distribuição dos Consumidores de Energia Elétrica	30
TABELA	6. Distribuição de Imunização da População	32
TABELA	7. Distribuição de Leitos Hospitalares	32
GRÁFICO	5. Perfil da Evasão e Repetência	33
TABELA	8. Matrícula por Nível e Modalidade de Ensino	34
TABELA	9. Matriz de Construção da Análise Participativa da Realidade	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO – DESENVOLVIMENTO LOCAL SEMI – ÁRIDO – UM GRANDE DESAFIO.	14
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	
1.1.1. Tabira-Localização e Acessibilidade.	17
1.1.2. Histórico do Município.	18
1.1.3.Aspectos Físicos Ambientais	18
1.1.3.1.A Questão Ambiental	20
1.1.3.2.As Secas	21
1.1.3.3.Desmatamentos e queimadas	22
1.1.4.Aspectos Demográficos	23
1.1.5.Aspectos Socioeconômicos	24
1.1.5.1. Infra-estrutura	25
1.1.5.2. Indústria	26
1.1.5.3. Comércio: A Feira municipal	26
1.1.5.4. Comunicação	28
1.1.5.5. Energia	29
1.1.5.6. Destino do lixo	30
1.1.5.7. Habitação e Saneamento	30
1.1.5.8. Saúde	31
1.1.5.9. Educação	33
1.1.6. Aspectos Culturais	34
1.1.7. Mecanismos de Controle Social	35
2.CAPÍTULO – IMPLICAÇÕES TEÓRICAS	
2.1.O Interesse pelo Estudo sobre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável	36
2.1.1.Implicações Teóricas sobre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável.	38

2.1.2	Referências sobre Capital Social.	39
2.1.3	Referências sobre Desenvolvimento Sustentável.	44
2.1.4	Especificidades sobre Desenvolvimento Sustentável.	46
3	CAPÍTULO – ASPECTOS METODOLÓGICOS	
3.1	A Escolha da Metodologia	53
3.1.1	Especificidades Metodológicas	54
3.1.1.1	Preparação e análise dos dados.	56
4	CAPÍTULO – ANÁLISES CONCLUSIVAS	
4.1	Análise dos Estudos	59
4.1.1	O contexto Político do Município.	60
4.1.2	O período de 1996 a 2000 – a importância das gestões.	62
4.1.3	O Programa de Enfrentamento aos Efeitos da Seca	63
4.1.4	O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável	64
4.1.5	A Influência do Capital Social nas Políticas Públicas	68
5	CAPÍTULO – CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

INTRODUÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável desenvolvido em Tabira, município situado no Sertão do Pajeú de Pernambuco no período de setembro de 1999 a dezembro de 2000, serve de aporte para analisarmos a possibilidade de se implantar uma nova forma de desenvolvimento a partir da sociedade, tendo nesta a força motriz para se alcançar um arquétipo de desenvolvimento mais justo, mais solidário, logo, mais incluyente.

Desta forma, o objetivo deste estudo é apresentar a relação existente entre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no município de Tabira, onde o perfil da população local configurou-se como relevante para o sucesso deste programa.

Neste trabalho, o Desenvolvimento Sustentável pode ser entendido como um processo participativo que cria e persegue uma metodologia coletiva objetivando o uso racional dos recursos naturais, de forma que as necessidades do presente sejam satisfeitas sem prejuízo a outros espaços às gerações futuras. Já o Capital Social refere-se às características da organização social, como confiança, normas e sistemas que facilitam a eficiência da sociedade, promovendo ações coordenadas. Este fator pode permitir uma mudança nas instituições sociais que, neste estudo, caracteriza-se na existência de políticas excludentes.

Quando relacionamos Desenvolvimento Sustentável e Capital Social objetivamos apresentar este último como condição basilar para que surja e instaure-se um novo modelo de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade.

O fato do município de Tabira localizar-se no semi-árido nordestino, permeado por pobreza econômica de causas diversas, não se configura como um empecilho ao programa de Desenvolvimento Sustentável. Mas este fator representa apenas um desafio a ser enfrentado e que pode ser superado quando a população toma para si a responsabilidade dos destinos do município. Neste relato incide a hipótese deste estudo.

Desta forma, partimos do pressuposto de que é nos organismos sociais que o coletivo ganha força na construção ativa de um novo projeto de sociedade, no qual os interesses de alguns ou forças isoladas são inevitavelmente substituídas pelo grupal. Nesse sentido, a solidariedade entre os espaços encontra terreno fértil para desenvolver-se e, desta

forma, fluir outros fatores inerentes à aplicabilidade do desenvolvimento politicamente correto. Por outro lado à existência ainda de políticas assistencialistas em alguns momentos cruciais da vida do povo que vive no semi-árido, tais como nas secas periódicas, leva à observação da aceitação, embora com nítido conhecimento de que este não é o caminho, apenas como forma de sobrevivência. E, neste cenário, vislumbra-se a ação da sociedade civil como instância capaz de implementar e acompanhar políticas a partir da realidade em que vivem, tendo nos seus atores, células principais para efetivação deste objetivo. Dessa forma, não nos cabe aqui negar a ação do Estado neste fim, mas apenas apresentar a sociedade como instância capaz de pensar e fazer o seu próprio desenvolvimento, pois acreditamos que este deve ser construído coletivamente.

A lógica da ação coletiva na qual os atores sociais assumem a postura de mentores do seu desenvolvimento, mesmo em espaços permeados por adversidades climáticas, grandes desigualdades sociais, é investigada nesta dissertação, como forma de relacionar o Desenvolvimento Sustentável e organização da sociedade civil no semi-árido.

O Desenvolvimento Sustentável é aqui descrito como uma forma de alcançar a eficiência econômica a partir da organização social aplicável em qualquer espaço sem desprezar as dimensões ecológicas e sócio-culturais. Os enfoques holístico e sistêmico integrantes neste modelo de desenvolvimento faz-se sentir no bojo deste trabalho nos vários aspectos aqui abordados.

Quanto ao Capital Social, este é apresentado como um instrumento que propicia um reencontro entre economia, política e desenvolvimento, visando a construção de um espaço mais justo e incluyente.

A maior contribuição teórica acerca de Capital Social para este trabalho, baseia-se nos estudos de PUTNAM (2000) quando este investigou a influência deste fator para a mudança das instituições na Itália, visando um desenvolvimento eficaz.

No que diz respeito à metodologia adotada, esta se baseou nos princípios básicos inerentes a um Estudo de caso. Desta forma, a análise de documentos, observações e entrevistas constituíram-se como aportes fundamentais para a realização deste trabalho. A delimitação do estudo vai de 1999 a 2001. Embora no decorrer deste trabalho possamos encontrar referência a datas anteriores e posteriores. Isso se processou para elucidar fatos e

propiciar compreensão de cenários. Mas não pode ser considerado como pesquisa histórica, pois este estudo incide numa análise de fatos contemporâneos.

A estruturação dos capítulos foi organizada objetivando apresentar o espaço em estudo e as teias de relações que o constituiu como especial para que este trabalho fosse realizado.

Assim, no primeiro capítulo apresentamos o espaço geográfico de Tabira e nele as especificidades físicas, econômicas, culturais e ambientais favorecendo com isto a compreensão do perfil municipal para posteriormente fazer-se a análise dos outros fatores inerentes a este estudo.

No segundo capítulo, apresentamos as terias direcionadas ao Desenvolvimento Sustentável e Capital Social, bem como sua relação intrínseca, além de como estes se fizeram essenciais nas políticas públicas ao longo da história e nos mais diversos espaços.

O terceiro capítulo, apresenta a metodologia aplicada a este estudo. Nele observamos as etapas essenciais a serem seguidas em se tratando de um Estudo de Caso. Neste sentido, observamos a estreita relação existente entre os fatos e o tempo histórico, ou seja, este último determinou a estratégia desta pesquisa.

No quarto capítulo, apresentamos o cerne deste estudo, quando evidenciamos a importância do Capital Social da população de Tabira na implementação e regulação de políticas públicas no município, em especial no programa de Desenvolvimento Local Sustentável, e como este trouxe uma nova visão de planejamento e aplicabilidade de projetos e programas no município.

O quinto capítulo traz as considerações finais feitas a partir de todo aprendizado propiciado por este estudo. E este se baseia na crescente esperança de que não é o espaço que limita o desenvolvimento, mas sim, na forma como as pessoas se sentem partes deste.

Assim, nosso intuito foi ao fazer este estudo mostrar que o possível e o impossível estão em nós e a nós cabe escolhermos qual deles será seguido.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEMI-ÁRIDO: UM GRANDE DESAFIO

Uma viagem ao Sertão

Para um observador pouco atento, viajar pelo Semi-árido nordestino, em especial pela região do Pajeú, é contemplar uma paisagem seca, cinzenta, que caracteriza a Caatinga, onde vive uma população que sofre, como outras que habitam as demais regiões do Brasil, o problema das desigualdades sociais. Este fato no Sertão é agravado pela ocorrência periódica de secas que assola a região, fazendo-a conhecida no cenário nacional e internacional mais pelas mazelas pelas quais passa seu povo do que pelo potencial que estes têm de serem mentores de políticas em benefício da coletividade.

O fenômeno das secas já é conhecido mesmo antes da chegada dos portugueses no Brasil. Tem causas naturais, mas conseqüências sociais. No entanto, pouco se faz em benefício das populações que são obrigados a conviver com esta realidade ao longo de suas vidas.

O sertanejo já assemelhou a falta d'água como ação divina. Mas, na atualidade esse pensamento já acabou e, em quase sua totalidade, os habitantes desta região têm clareza das causas e conseqüências desse fenômeno para suas vidas e cobram cada vez mais ações dos gestores no sentido de contemplarem a região com ações eficazes que possibilitem a estes a convivência com dignidade diante das secas constantes. A esse respeito, o poeta Dedé Monteiro¹ apresenta o pensamento em versos de muitos sertanejos no poema escrito em junho de 1998, início da última seca que assolou o sertão nordestino.

¹ Poeta tabirenses, escritor e participante do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável implantado pela SUDENE/PNUD no município de Tabira-1999-2000.

“Fogueira de paz e amor”²

Nordeste sofrido,
Mas sempre querido,
Pra você tem jeito;
Só falta respeito,
Daqueles que mandam
E às vezes desmandam
Dizendo-te – Não!”
Meu Nordeste rico
De palma e de angico,
Sem milho e sem feijão”.

Este protesto em forma de poesia é vento que se espalha pela região levando uma mensagem nova do que muitos dos nordestinos pensam acerca da falta de ações eficazes dos governos para esse fenômeno de causas grandiosas para o povo do Sertão. No entanto, as secas do nordeste sempre foram aproveitadas de várias maneiras pelos governos que, ao exercerem seu papel de mentor das políticas implementadas em tempo de secas, sempre extraíram proveito próprio do flagelo que se instala na região.

É um cenário sombrio: A fome se instala nas populações menos favorecidas. As políticas emergenciais, assistencialistas são as únicas formas visíveis de ações por parte do governo que assume o mentor das ações públicas nesta época.

Os carros pipas circulam pelo município levando água (em sua maioria não potável) para “matar” a sede de habitantes nas zonas rural e urbana. Caminhões com gêneros alimentícios cruzam estradas empoeiradas levando alimentos nas diversas localidades que compõem o município. Olhos lacrimejantes de uma gente sofrida ao receber as cestas

² Poema escrito em junho de 1998, declamado no Poema “Manhã de Luzes” na Rádio Comunitário Tabira-FM de responsabilidade da APTA- Associação dos Poetas e Prosadores de Tabira.

básicas do governo federal trazidas pelo Exército e que em Tabira contou com a ajuda de voluntários para a distribuição. Tais imagens completam o cenário de uma seca no Sertão.

Ao longo dos anos a ação da população que vive no Semi-Árido vem sendo notada de forma embrionária, mas ainda com pouco poder de decisão acerca das ações a ser implementada no sertão em épocas de estiagens.

Na última seca observamos a sociedade participar destas ações por meio do Conselho Municipal da Seca, organização com participantes da sociedade civil e governo de cada município cuja finalidade é articular e implementar metas já estabelecidas aos níveis nacional e estadual para o município. Estas ações poderiam ser ampliadas, melhoradas conforme cada realidade e isso foi feito no município; porém (a descrição deste trabalho é feita no 4º Capítulo).

Diante deste quadro, imaginar a substituição de um modelo de desenvolvimento excludente, paternalista, pautado no clientelismo existente há séculos por outro baseado na sustentabilidade, em laços de ações horizontalizadas, privilegiando o coletivo, suas necessidades e suas potencialidades; tendo na solidariedade inter-espacial, solidariedade inter-geração, intra-geração³ um dos seus pilares para a efetivação destas ações, configura-se como um grande desafio. Isto pela própria emergência nas ações que a seca coloca quando esta é verificada quando já está acontecendo.

Neste sentido, a implantação de um programa que privilegie as potencialidades de cada espaço e que tenha na sua sociedade a principal razão de existir, é viável e propício para o Sertão. Por outro lado, é importante destacar o envolvimento da população nestas ações, o nível de conscientização destes e a capacidade dessa população se sentir mentor do seu próprio desenvolvimento.

Este é o terreno fértil que um programa com tal magnitude pode ancorar e criar raízes, dando o primeiro passo em busca do tão sonhado desenvolvimento sustentável, definido por Sergio Buarque (1999), como: “ *o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento*

³ Solidariedade inter-espacial- a sustentabilidade de um espaço não pode comprometer a de outros espaços; Solidariedade intra-geração- o bem estar de uma minoria não pode ser alcançada em detrimento da carência da maioria; Solidariedade inter-geração- o bem estar de uma geração atual não pode comprometer as oportunidades das gerações futuras.

econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações...”

Estes princípios, *a priori*, podem ser considerados como utópicos se considerarmos o contexto social em que o município de Tabira está inserido. No entanto, um estudo mais aprofundado acerca do capital Social que esta sociedade dispõe pode nos trazer gratas surpresas ao constatarmos que não é o espaço geográfico por si só que determina o desenvolvimento de uma região, mas sim o Capital Social que esta sociedade dispõe para que o desenvolvimento seja pensado por e pela maioria.

1.1. Caracterização do Município

1.1.1. Tabira - localização e acessibilidade

Sobre um território de 383,3 km, Tabira localiza-se na mesorregião do Sertão, microrregião do Alto Pajeú (Figura 1). Sua sede encontra-se distante de Recife 405 quilômetros, com uma altitude média de 558 metros, tendo como principais vias de acesso as rodovias: PE 320, PE 292, PE 275, PE 28, BR 110 e BR 232⁴.



Fonte: Atlas Escolar de Pernambuco/ Coordenador Manoel Correia de Oliveira

Andrade. João Pessoa. Grafset, 2002.

⁴ Fonte: SUDENE, SIG, acessível pelo site www.sudene.gov.br ,

Sua superfície territorial representa 1% da mesorregião do estado e 4,7% da microrregião da qual faz parte e 0,4% da área total do estado.

São municípios limítrofes: Afogados da Ingazeira, Igaracy, Ingazeira, São José do Egito, Solidão, Santa Terezinha e Água Branca no Estado da Paraíba.

1.1.2.Histórico

O município recebeu a denominação de Tabira através do decreto Lei Estadual nº 92 de 31 de março de 1939, quando ainda pertencia ao município de Afogados da Ingazeira. Antes, porém, tinha a denominação de Madeira e em 1889 recebeu no nome de Espírito Santo.

Sob a denominação de Madeira e Espírito Santo, a futura cidade era uma Vila, originada segundo Moura (1985) por ocasião da feira livre que aglutinava vários habitantes da região.

No ano de 1948 o Tabira foi desmembrado de Afogados da Ingazeira. Porém, só foi constituído como município autônomo pela Lei nº 508, de 27 de maio de 1949, data em que se comemora a sua Emancipação Política.

Para que o município surgisse houve doações de terras por parte dos habitantes do local, associados à vontade dos seus moradores tornarem-se independentes do município de Ingazeira, distante 40 km onde antes era realizada a feira.

1.1.3. Aspectos físicos e ambientais

Há muito se discute a relação homem x natureza na formação e transformação do espaço geográfico. No entanto, podemos afirmar que estes dois elementos não são dissociados e que os elementos naturais tornam-se geográficos, ganham vida a partir da ação dos seres humanos sobre estes.

Quanto à estrutura geológica do município de Tabira, esta é composta na sua quase totalidade de terrenos ígneos e metamórficos do Pré-Cambriano. Isso explica a geomorfologia do local, caracterizada por planícies, maciços residuais, depressões e

inselbergs, planaltos de altitudes, sendo o maior a 855 metros, na localidade Muriçoca, na divisa com o Estado da Paraíba, bem como a altitude da maioria das terras do município.

Por se localizar no Nordeste Brasileiro, no Sertão do Pajeú na área denominada “Polígono das Secas”, Tabira possui climas quentes, com variações e contrastes de regimes pluviométricos. Mais especificamente podemos dizer que o município possui clima tipo BShw , (Classificação de Köppen), clima semi-árido quente e seco com chuvas de verão retardadas para o outono (w), sujeito a períodos prolongados de estiagens. Esse clima se caracteriza pela insuficiência e irregularidades de precipitação, forte evaporação, temperaturas elevadas, sendo que 27°C é a média .

A média pluviométrica anual é de 806mm³, sendo os meses mais chuvosos março e abril; os demais meses apresentam baixos índices pluviométricos. As chuvas geralmente ocorrem entre os meses de dezembro a maio, sendo que há uma maior precipitação nos meses de março, abril e maio. Periodicamente ocorre que essa precipitação média cai para níveis extremamente baixos, inclusive zero, quando é considerado seco ou simplesmente se afirma que ocorreu uma seca. Nos últimos 50 anos ocorreram 12 secas (vide Anexo1), ou seja, a frequência de secas é de quatro em quatro anos, aproximadamente.

Estando o município localizado no alto Sertão do Pajeú, sua sede de drenagem pertence à Bacia do Rio Pajeú, que banha a porção sul do município e compreende uma área de 17.016 km. A drenagem do município em tela corresponde a 1, 94 desta área ⁵.

Como os regimes dos rios em Pernambuco são bastante irregulares, Tabira não foge à regra, pois os rios existentes no município são caracterizados como riachos que acumulam água e, durante a maior parte do ano permanecem secos. Assim, como uma forma de se amenizar o problema, constroem-se barreiros, poços artesianos e açudes.

Quanto à cobertura vegetal do município, esta corresponde a uma vegetação secundária da caatinga, mais especificamente denominada por caatinga hiperxerófila e hipoxerófila, sendo que a primeira domina a maior parte do município. Na visão de Jatobá⁶, a caatinga hiperxerófila é típica das áreas mais secas do Semi-Árido, sendo mais freqüente na Depressão Sertaneja. As espécies encontradas são popularmente conhecidas como: macambira, pereiro, xique-xique, caroá, angico. A caatinga hipoxerófila é formada

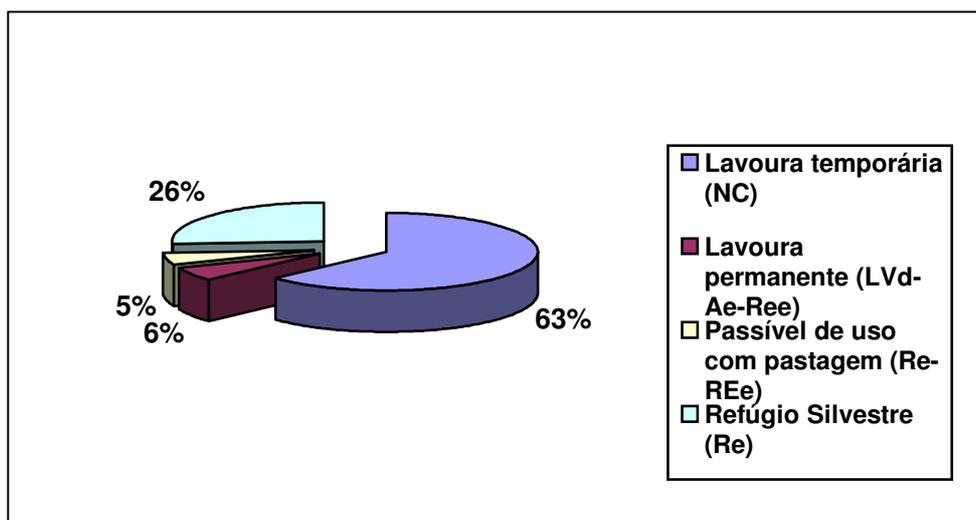
⁵ SANTOS, Maria José dos. *Subsídios ao ensino geografia física de Tabira*. Monografia apresentada no Curso de Pós-graduação da UFPE, 1998.

⁶ JATOBÁ, Luicivânio.& LINS, Raquel Caldas. *Introdução a Geomorfologia*. Recife, Bagaço, 1998.

predominantemente por árvores e arbustos que perdem as folhas durante as secas. São exemplos deste tipo de vegetação: o mulungu, jurema preta, mandacaru, marmeleiro.

Considerando os solos do município, destacamos que estes apresentam grande percentual para a agricultura, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 1
Potencial dos Solos do município para a Agricultura



Fonte: SUDENE/PNUD, Análise Participativa da Realidade, 2000

Analisando o gráfico 1, podemos observar que o potencial de solos do município alcança 63% da área, sendo a restrição mais evidente a distribuição das chuvas, concentradas em alguns meses do ano.

1.1.3.1. A Questão Ambiental

Todas as questões relacionadas ao ambiente em Tabira estão ligadas diretamente à água.

Neste sentido, as oficinas temáticas que deram origem ao perfil do município de Tabira realizadas em dezembro/1999 e janeiro/2000 apontam que os principais problemas são a falta de recursos hídricos, abastecimento de água para a cidade, erosão das terras do município somados aos desmatamentos e queimadas tendo como principal causa a falta de investimento do governo, que não desenvolve uma política de recursos hídricos na região

de forma a captar e armazenar a água. Afora isto, não existem projetos vivenciando no tocante a arborização e/ou conservação dos solos, passando por uma conscientização da população, somados com condições de sobrevivência no semi-árido.

1.1.3.2.As Secas

“A historia das secas pode ser confundida com o processo de ocupação do Nordeste; elas antecederam à colonização, foram anteriores à chegada dos europeus à terra de Santa Cruz.” (Andrade,1999).

É importante destacar que a questão hídrica no município é relacionada à falta de água. Nesse sentido a população local, segundo o perfil do município, entende seca como o período do ano que não apresenta chuva nenhuma ou apenas alguma precipitação sem maior significação prática. Foi lembrado que o normal da região de pouca chuva; a pluviosidade concentra-se em alguns meses do ano (período que vai de dezembro a abril).

Como mencionada, a média histórica é de 806mm/ano, geralmente concentrada nos meses de dezembro até abril.

O fenômeno das secas tem impactos diversos no dia-a-dia da população, uma vez que a saúde fica comprometida por falta de água potável

É importante destacar que a água é proveniente da Barragem de Brotas, localizada no município de Afogados da Ingazeira. Logo, as ações para minimizar o problema da água em Tabira depende de ações conjuntas, em que um programa pensado pela coletividade para a coletividade torna-se fator essencial para que isto aconteça.

Há ainda o programa de Abastecimento Simplificado que distribui água canalizada para as residências. São 78 poços que foram perfurados, na quase sua totalidade com recursos do município. Destes, 90% situa-se na zona rural e 10% na zona urbana.

A água na atualidade não é um problema no município, uma vez que o programa acima mencionado vem dando resultados satisfatórios, pois a existência de carros pipas para abastecer a comunidades não se faz necessária no município. Fato não verificado em municípios vizinhos, que precisam ser abastecidos sistematicamente neste período,

(Dezembro de 2002) com carros pipas. Entretanto, afirma o prefeito⁷ que o município carece de reserva de água para as demais comunidades não abastecidas pelo programa, bem como para produção agrícola.

1.1.3.3.Desmatamento e Queimada.

Em estudos realizados observa-se que no município grande parte da área vegetal foi devastada por questões de desinformação, somados à necessidade de sobrevivência, onde grande parcela da população utiliza-o para fabrico de carvão, para garantir a renda da família.

Neste contexto, esta prática apesar de atender a uma necessidade urgente do momento, no futuro será um grande problema para todos, uma vez que a maneira de armazenar água é no próprio solo de onde desprende a necessidade em cumprir essa função: bacia natural de armazenagem de água. Dentre os vários mecanismos de conservar o solo está o combate à erosão, cuja prática é quase ausente no município, segundo levantamento de pesquisa de campo- dezembro 1999/janeiro 2000.

Assim, os desmatamentos e queimadas, conhecidos popularmente como brocas são praticados por produtores, independentemente do tamanho da propriedade. Os proprietários de grandes áreas explicam que esta prática se faz necessária para criar pastagens para o gado.

Ainda em relação ao fabrico do carvão a pesquisa mostra que alguns proprietários residentes na área urbana sedem terras para que o trabalhador possa preparar o carvão, sendo que este será o seu pagamento deixando a área desmatada para ser utilizada como pastagens.

Há no município duas comunidades assistidas com o programa de combate a Desertificação. São elas Humaitá e Santa Luzia, ambas na zona rural. O programa consiste, em linhas gerais, em incentivar a organização popular no sentido de organizar a produtividade a partir da não degradação ambiental. Este programa é desenvolvido pelo Instituto DESERT com apoio da Prefeitura Municipal.

⁷ Em entrevista realizada dia 03.01.2003.

1.1.4. Aspectos Demográficos

De acordo com o censo Demográfico de 2000 Tabira apresenta a seguinte população por zona:

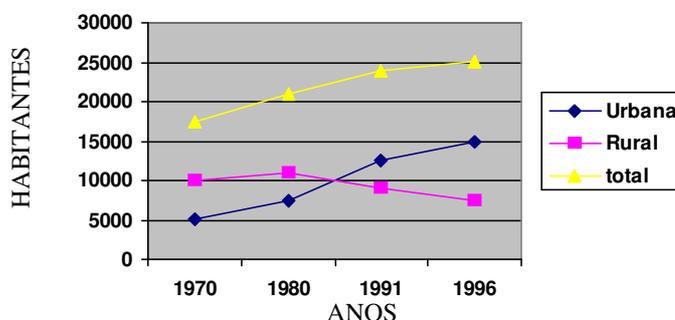
POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
15.919	8.112	24.031

Fonte: IBGE, 2000.

Analisando a estrutura da população por zona no período de 1970 a 2000, observa-se uma forte mobilidade da população evidenciando-se numa migração dos habitantes do campo para a cidade. Quando em 1970 a taxa de urbanização era de 34,84% em 1970, no ano de 2000 esse índice passou para 66,24%. Mesmo este índice sendo positivo no decorrer dos anos, observa-se na última década uma sutil diminuição nos índices de migração campo / cidade como apresenta o gráfico abaixo.

Gráfico 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1970-1991, Contagem da População 1996; DOU 27/08/98; DOU 30/08/99/ SUDENE/PNUD.

Com relação a estrutura por sexos, em Tabira, observa-se uma nítida vantagem do sexo feminino em reação em masculino, uma vez que segundo dados do IBGE, em 1996 esse percentual era de 93 homens para 100 mulheres.

1.1.5.Aspectos Sócioeconômicos

Analisando o IDH(Índice de Desenvolvimento Humano) proposto pelo PNUD, que combina elementos de caráter econômico (renda), educacional (analfabetismo) e saúde (mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer) disponível em série histórica de 1970 a 1991, observamos que tanto a saúde como a educação e a renda melhoraram, sendo que este último com menor desempenho, como mostra a tabela abaixo:

Tabela- 2-Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Tabira /1970-1991.

Ano	IDH-M	IDH-M Longevidade	IDH-M Educação	IDH-M Renda
1970	0,283	0,333	0,398	0,117
1980	0,346	0,375	0,411	0,250
1991	0,420	0,485	0,491	0,283

Fonte: IPEA/PNUD/FJP- Atlas de Desenvolvimento Humano – 1998. SUDENE/PNUD

Em 2003, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é de 0,629, assim especificado: Índice de Esperança de Vida (IDHM-L) 0,665, Índice de Educação (IDHM-E) 0,714, Índice de PIB (IDHM-R) 0,510. Ranking no Estado de Pernambuco é por UF 78°. ⁸

Analisando estes dados, observamos que o IDH do município aumentou consideravelmente e tem na educação o fator essencial para essa ascensão.

O Estado de Pernambuco que em 1991 ocupava o 20º lugar no ranking nacional ocupa em 2003 o 22º lugar. Em 1991 o IDH do estado era de 0.614 passando para 0,692. Apesar do aumento, outras Unidades da Federação melhoraram consideravelmente, o que não aconteceu com Pernambuco, sendo, portanto, um dos estados que menos otimizou o seu IDH.

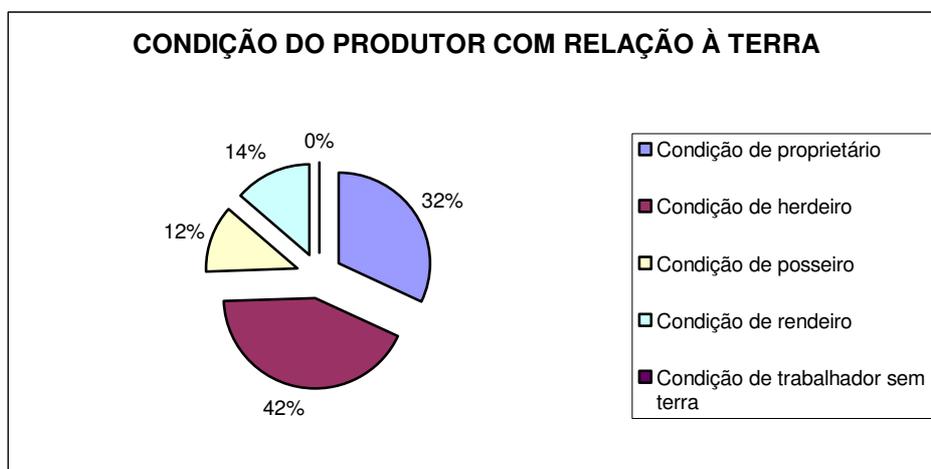
⁸ Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003.

1.1.5.1. Infra-estrutura

Apesar da maioria da população residir na zona urbana, a produção agropecuária contribui com 11,9% para a renda rural e 9,5 para a renda segundo com mostra gráfico abaixo:

De acordo com levantamento de campo realizado quando da elaboração do documento Análise participativa da realidade, elaborado pela sociedade civil em apareceria com a SUDENE objetivando a implantação de políticas pautadas na sustentabilidade econômica revelou-nos que a condição do agricultor com relação à terra, apresentada no gráfico abaixo, possibilita uma análise embora superficial da dinâmica econômica e populacional do município. Assim, o alto percentual de herdeiros pode explicar em parte, o processo de urbanização, pois a população mais velha e a mais nova se deslocam para a cidade, enquanto os jovens, em idade ativa, ficam no campo quando não migram para outro município.

Gráfico 3 Condição do Agricultor em Relação à Terra.



Fonte: SUDENE/PNUD, 2000.

Outro fato importante é a ausência de latifúndios maiores de 1.000 ha. Isso mostra uma certa aproximação entre as classes sócias que compõem a população do município, bem como a inexistência de coronelismo que representa, em muitos municípios do sertão, forte estrutura dominante que inviabiliza o desenvolvimento socioeconômico.

As organizações rurais existentes são um fator preponderante no desenvolvimento da economia e na regulação de políticas públicas locais. Estas evoluíram ao longo dos anos com forte destaque para os últimos anos, pois antes estas eram apenas de caráter sindical, sem incluir nas suas atribuições a atividade para a produção e fixação do homem no campo.

As associações atualmente assumem o perfil que antes era da Cooperativa Agrícola Mista, que foi desativada para fins de produção por falta de apoio e capacitação na época dos agricultores.

1.1.5.2. Indústria

O município tem um pequeno parque industrial, inexistindo fábricas de médio e grande porte. As principais fábricas são compostas por Pipoqueiras que comercializam seus produtos para todo o nordeste; Serralharias, Movelarias e fábrica de almofadas que, também como a Pipoqueira, comercializam produtos para todo o nordeste e segundo pesquisa de campo, empregam um grande percentual de funcionários.

A maioria das indústrias funciona com matérias-primas vindas de outros Estados da Federação.

As indústrias têm grande importância para a economia local, em função da absorção da mão-de-obra, minimizando o impacto da falta de ocupação causado pelo desemprego, embora seja muito pequeno o nível de ocupação.

1.1.5.4.Comércio: A Feira Municipal

Segundo Moura (1985;95) a feira de Tabira está ligada diretamente à origem do município, uma vez que foi a partir da criação de uma feira própria no então aglomerado de casas no ano de 1865 que surgiu o vilarejo e posteriormente a cidade.

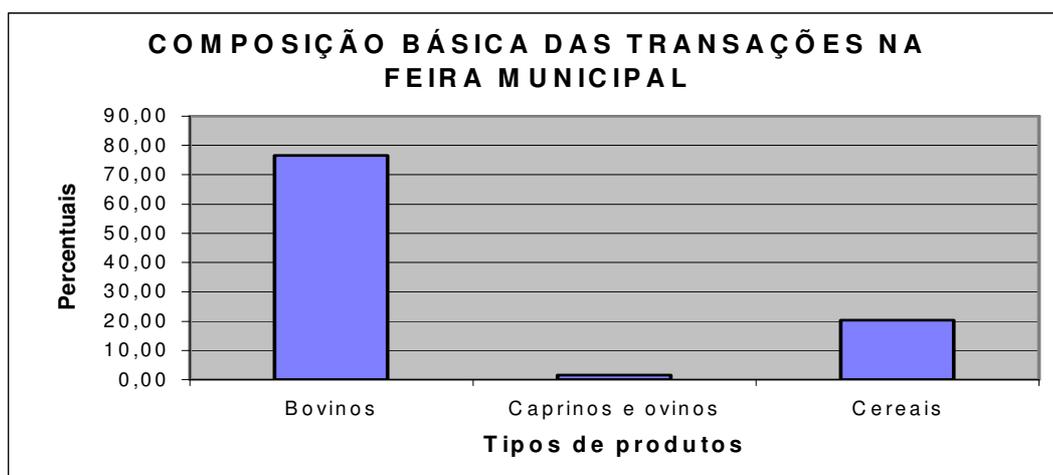
Esta é realizada às quartas-feiras. No ano de 1955 foi transferida para o sábado, fato não aceito pela população, o que resultou na revogação do Decreto, sendo esta realizada até hoje às quartas-feiras.

A Feira municipal de Tabira é de tal porte que modifica consideravelmente o comportamento da população, uma vez que esta começa já na segunda-feira com a chegada de diversos feirantes de outras cidades que comercializam verduras, frutos e similares, gado

e legumes. Para a cidade convergem pessoas de toda a Microrregião do sertão do Pajeú e outras cidades de outros estados, como a Paraíba.

Segundo levantamento da comissão de campo⁹ – alunos do 3º magistério da Escola Arnaldo Alves Cavalcanti a feira é eminentemente agropecuária, pois 98,44% do valor dos produtos comercializados correspondem ao gado bovino, cereais, gado caprino e ovino como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 Composição Básica das Transações na Feira Municipal



Fonte: Levantamento de campo – Alunos do Terceiro Ano Magistério – fevereiro 2000.

Segundo a Secretaria de Finanças, a feira abrange 12 ruas onde são comercializados diversos produtos como: miçangas, sulancas, cereais, frutas, verduras e outros.

O produto comercializado que caracteriza o jeito peculiar do nordestino é verificado no local da feira das miçangas onde se vende de tudo desde arado, candeeiro, fumo, panelas entre outros.

Quanto à origem dos feirantes estes somam 521; 343 são de Tabira, 178 de outros municípios, sendo os mais numerosos de Afogados da Ingazeira (51), São José do Egito (26), Serra Talhada (20). Registram-se 24 locais de origem dos feirantes, inclusive de municípios fora da mesorregião a que o município pertence.

⁹ Comissão criada quando estava sendo elaborado o Diagnóstico do Município instituído pelo programa de Desenvolvimento Local Sustentável em Tabira-SUDENE/PNUD no ano de 1999.

Observou-se ainda que a maioria dos produtos aqui comercializados são provenientes de outras cidades. (ver Tabela 3)

Tabela 3 Origem dos principais produtos comercializados na Feira Municipal

PRODUTO	ORIGEM	PERCENTUAL
Gado bovino	Ararapina	35,19
	Maranhão	25,93
	Serra Talhada	18,52
	Tabira	0,56
Gado caprino	Floresta	57,14
	Paraíba	20,00
	São Vicente	14,29
Feijão	Bahia	80,22
	Tabira	0,27
Milho	Bahia	55,99
	Tabira	13,93
Farinha de Mandioca	Bahia	61,40
Arroz	Cabrobó	92,72
	Tabira	0,66

Fonte: Levantamento de Campo – Alunos do 3º Ano Magistério – EAAC, 2000.

Quanto ao armazenamento e transporte dos produtos comercializados no município à maioria é feito em Mercado Público ou em residência dos feirantes (armazéns). O transporte é feito em sua maioria por caminhões.

1.1.5.4. Comunicação

Quanto à comunicação o município tem uma grande área coberta por telefonia fixa e móvel. Esta última sendo possível após 1998, quando foi inaugurada a torre de telefonia celular no município.

Segundo a TELPE, o município contava com 618 terminais telefônicos, assim distribuídos:

Tabela 4 Distribuição dos Terminais Telefônicos

TERMINAIS	UNIDADES
Residencial	464
Comercial	108
Públicos	1
Troncos	203
TOTAL	618

Fonte: TELPE, 1999.

Há no município, o programa de Telefonia Rural pré-pago. São telefones celulares que atendem à necessidade das comunidades da zona rural que não têm a telefonia fixa. Este programa é administrado pelas comunidades e Prefeitura Municipal. São 47 telefones celulares que atendem boa parte das comunidades rurais.

O município conta também com três Rádios Comunitárias FM, e também é servido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.1.5.5. Energia

Tabira, como os demais municípios pernambucanos é atendida pela CELPE, que se encarrega da distribuição e manutenção da área urbana, tanto no nível residencial como no comercial.

Segundo o IBGE, em 2000, o município tinha 5.353 consumidores de energia, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 Distribuição dos Consumidores de Energia Elétrica

CONSUMIDORES	UNIDADES
Residencial	4.712
Industrial	67
Comercial	429
Rural	74
Poderes Públicos	61
Iluminação Pública	7
TOTAL	5.353

Fonte:CELPE, 2000.

Segundo a FIAM, em 1994 havia 2.615 propriedades rurais eletrificadas, das quais 788 com sistema de eletrificação rural.

Em 2003, segundo a Prefeitura Municipal, 97% do município se encontra eletrificado.

1.1.5.6. Destino do lixo

Segundo a Secretaria de Obras de urbanismo, a maior parte do lixo é jogada em terreno baldio (3.445 unidades), enquanto que o restante (1.531) se serve de coleta. Esta tem sido realizada nos últimos anos com maior participação da população domiciliar. Ainda de acordo com a Secretaria acima citada a política de coleta e destino e tratamento do lixo ainda é muito deficitária, uma vez que inexistente no município a coleta seletiva, bem como, reaproveitamento deste.

1.1.5.7..Habitação e Saneamento

De acordo com o censo de 1991, 47,94% das moradias do município têm abastecimento de água encanada; esta na quase totalidade encontrava-se na zona urbana. Na área rural, segundo informações dos representantes de Associações rurais, o abastecimento d'água para uso doméstico é feito através de água encanada em apenas 7% das moradias; 1,5% se abastece mediante cisterna e a quase totalidade 91,5% recorrem a poços e açudes.

No ano 2001 teve início um Programa da Prefeitura Municipal de Tabira que se destina a dotar as residências rurais de água encanada vinda de açudes e barragens realizadas no município. Estas foram construídas a partir das reivindicações dos representantes de todas as Associações Rurais existentes no município.

Quanto à situação de moradias, segundo informações da prefeitura Municipal de Tabira, estas são na sua totalidade de alvenaria, sendo substituídas as casas de pau-a-pique com recursos municipais e federais; isto na década de 1990.

Quanto ao saneamento, em 1999, segundo informações dos Agentes comunitários de Saúde, apenas 3.092 domicílios particulares urbanos têm sistema de saneamento básico.

Há no município o Programa de privadas Sanitárias na zona rural, que atende 7 comunidades. Estas foram escolhidas, segundo o Prefeitura Municipal, a partir do nível de precariedade das comunidades.

1.1.5.8.Saúde

A partir da Constituição de 1998, a saúde, tanto quanto a Assistência e a Previdência Social, passaram a ser o tripé político da Seguridade Social; merecendo assim um destaque maior por parte do governo. No entanto, o recurso captado pelo município para a política de saúde ainda não é satisfatório.

Mas, em meio a tantas dificuldades, o município vem cumprindo sua função no tocante à saúde pública, principalmente no que se refere à saúde preventiva por meio de Programas como os Agentes Comunitários de Saúde que executa os programas de Vigilância Nutricional, Nutrição e Afeto, Programa de Assistência a Gestantes, Programa aos portadores de Hanseníase e a vigilância Sanitária e o programa Saúde da Família; além de debates realizados em escolas visando a sensibilização da população mais carente acerca de medidas básicas de prevenção de doenças e manutenção de saúde.

Segundo informações do Programa de Imunização de Tabira, em 2000, o Município tinha a meta de 532 pessoas imunizadas, (ver Tabela 6).

Tabela 6 Distribuição de Imunização da População

VACINAS	PESSOAS IMUNIZADAS
BCG	520
Hepatite	581
Polio	562
Febre Amarela	455
Sarampo	584
Tríplice DPT	09
Toxóide Telânico idade fértil	03
Toxóide Telânico idade não fértil	03

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2000.

De acordo com os dados da FIAM, em seu perfil Municipal de 1997, o índice de mortalidade infantil do município de Tabira era de 62, 96% mortos por mil nascituros. Porém, com esforços que foram e vêm sendo feitos por parte da prefeitura Municipal, este índice vem caindo consideravelmente e em 2000, esse índice caiu para 32 mortos para mil nascituros.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a média do Estado de Pernambuco era em 1998 de 65,5. Tabira, neste período, estava com média abaixo da do Estado.

Quanto à estrutura hospitalar, por estar localizado no Sertão do Pajeú, o município é atendido pela X Divisão regional de Saúde (DIRES) que tem sua sede em Afogados da Ingazeira, município distante 23 km.

No ano de 2000, o município tinha 35 leitos hospitalares (ver Tabela 7).

Tabela 7 Distribuição dos Leitos Hospitalares

LEITOS HOSPITALARES MUNICIPAL	UNIDADES
Clínica Médica	15
Clínica pediátrica	10
Clínica Cirúrgica	05
Clínica Obstétrica	05
Total	35

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2000.

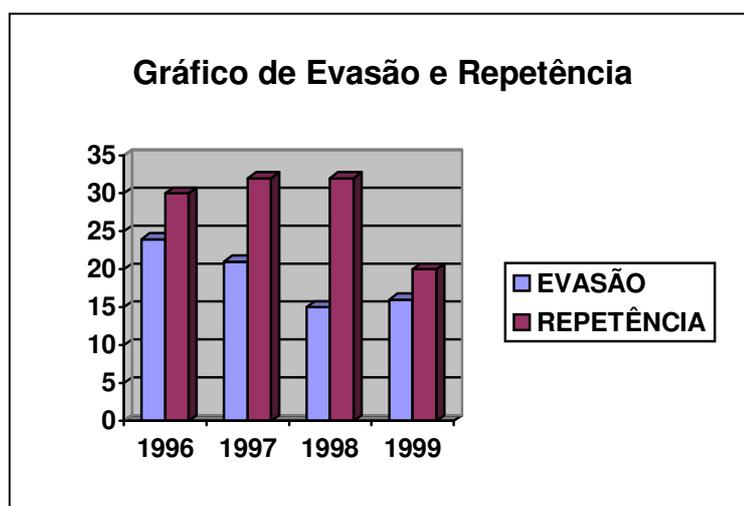
O município contava em 2000 com 07 unidades de saúde do Programa Saúde da Família, localizados na zona rural e urbana; estas unidades atende em 100% da população. Em 2002, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo quantitativo continua o mesmo, uma vez que atendem 100% da população.

Na atualidade o município implantou na zona rural, núcleo de atendimento Odontológico que objetiva desenvolver a saúde preventiva. Foi destinado às comunidades um gabinete Odontológico fixo que atende além da comunidade sede, comunidades adjacentes.

1.1.5.9.Educação

No que se refere à educação no município, esta, apesar dos avanços percebidos nos últimos anos, apresenta algumas limitações como analfabetismo onde segundo o IBGE, 1991, corresponde a 36,3% da população, evasão e repetência. Nota-se que o turno que possui maior número de evasão escolar é o noturno por questões relacionadas à dificuldade de conciliar estudo com trabalho, desestímulo dos alunos pela escola e ausência da família no universo escolar.

Gráfico 5 Perfil da Evasão e Repetência



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

A educação no município é oferecida pelo estado, município e entidades particulares, cuja matrícula no ano 2000 foi de 7.986 alunos. (ver Tabela 8)

Tabela 8 Matrícula por Nível e Modalidade de Ensino - 2000

Nível\Modalidade	Município	Estado	Particular
Educação Infantil	593	-	140
Ensino Fundamental	3.280	2.886	106
Ensino Médio	-	777	54
Educação Especial	15	10	-
Educação de Jovens e Adultos	461	112	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Em 2001, o total de matrículas do pré-escolar foi de 898, Ensino Fundamental 5.547, Ensino Médio 786, Educação Especial 38 e Educação de Jovens e Adultos 443.

1.1.6.Aspectos Culturais

Um aspecto marcante do município de Tabira é o movimento cultural. As expressões culturais são múltiplas e alcançam toda a população como destacam os técnicos da SUDENE do documento : Análise Participativa da Realidade, julho, 2002.

Entre as organizações culturais, destacam-se: APTA- Associação dos poetas e Prosadores de Tabira, A PAVAM,-Patrulha de Poetas Amadores, que cultivam a prosa a arte e o repente. Balé Raízes, O Reisado Amaro Luiz, que cultivam a dança e as tradições locais e os grupos de música Pantera Negra, BKL, Mandacaru Florado, Banda de Pífanos, Grupo de Capoeira Negro Fujão. Estas organizações são respeitadas e reconhecidas dentro e fora do município. Ademais destacam-se as organizações religiosas como Grupos de Jovens na zona rural e urbana e Associações de Trabalhadores Rurais e Urbanas.

Entre os eventos que promovem destacam-se : A Missa do Poeta, Mesa de Glosas, Caravana Poética, Congresso de Violeiros Profissionais e Amadores, Missa do Vaqueiro, Vaquejadas, Festa da Padroeira, FIPP- Festival de Interpretação de Prosas e Poesias,

FACC- Festival de Arte e Cultura do Carlota , (os dois últimos realizados em escolas locais). Destaca-se neste sentido a disponibilidade de artistas locais em realizar e participar destes eventos mantendo viva a cultura local, mesmo quando não se dispõe de remuneração.

1.1.7. Mecanismos de Controle Social

O município de Tabira tem uma base de organização comunitária, constituída a partir da atuação dos órgãos de classe, tais como: Sindicato dos trabalhadores rurais e a cooperativa Mista Agrícola, que tem sido a vanguarda da organização social e da luta para criar os mecanismos de controle social das Políticas Públicas.

Assim sendo Tabira tem atualmente os seguintes conselhos e de direitos formados:

- CONDET- Conselho de Desenvolvimento de Tabira
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal da Saúde.
- Conselho Municipal da Merenda Escolar.
- Conselho dos Pais e Mestres.
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- Conselho do FUMAC
- Conselho do FUNDEF

. **A rede de entidades não-governamentais** do município é formada preponderantemente por 49 associações (vide Anexo 2), sendo que 18 delas são urbanas e 32 são rurais.

CAPÍTULO 2

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

2.1 O Interesse pelo Estudo sobre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável.

Um dos grandes desafios e preocupações dos gestores públicos nos mais diversos espaços e contexto histórico foi com o desenvolvimento. Assistimos, e estudamos as várias facetas deste tipo de desenvolvimento, na maioria das vezes, pensando por poucos para muitos. Mas, apesar da riqueza acumulada pelas nações, regiões e municípios, a miséria não pára de crescer.

Nesse sentido, observamos que, como é pensado e executado o modelo de desenvolvimento de muitos espaços, este não responde mais aos anseios das sociedades atuais, dado que a maioria da população encontra-se excluída deste e sequer é computada para fins de exploração.

Imaginamos, pois que o desenvolvimento emana do povo e para ele deve ser exercido. Desta forma, estudar como a sociedade se sente mentora do seu próprio desenvolvimento é salutar; deixamos esperançosos de que este é o caminho a ser percorrido por todos os povos nos mais variados espaços geográficos, mesmo nos mais inóspitos como o semi-árido logo assemelhado a um lócus de pobreza intelectual e social. Mesmo porque como bem salienta LEROY(2002)

O semi-árido não é só privilégio do Nordeste e norte de Minas Gerais onde convivem 18 milhões de pessoas. Boa parte das áreas agrícolas do mundo 55% e cerca de 49 países estão em zonas semi-áridas. Não há exatamente falta de chuvas, mas irregularidade na precipitação, com a qual é preciso conviver. Nesse sentido, considerando a inevitabilidade da relação dos recursos hídricos mundiais, o reaprendizado da convivência com o semi-árido pode servir de lição para toda a humanidade no trato da sustentabilidade desse recurso limitado: a água”.

Tabira, apesar de se localizar numa região semi-árida, carente de políticas públicas eficazes no sentido de dotar a sociedade de padrões dignos de sobrevivência, destaca-se em termos de organização popular advinda de uma cultura cívica¹⁰. Esta, fez aflorar a mobilização popular e o interesse por formas de políticas pautadas na participação e laços de horizontalidades nas ações e metas a serem desenvolvidas quando se trata de questões da coletividade, dentre elas questões hídricas, econômicas e sociais.

Esta característica pode ser evidenciada quando foi implementada no município em 1999 o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável pela SUDENE, através dos seis técnicos. Estes contaram com o apoio das instituições públicas e privadas, bem como de todos os segmentos, de população local.

É importante destacar que o município foi “pilotinho” no Estado e ganhou este programa devido à sua performance como Município Pernambucano que melhor desenvolveu o Programa Enfrentamento dos Efeitos da seca em 1998, quando a população participou intensamente de todas as ações tomadas por estes estavam representantes na Comissão Municipal de Seca que também contou com forte apoio da Igreja Católica e todas as organizações da sociedade civil. Merece destaque neste aspecto Programa de Alfabetização de Adultos que no (que será descrito no Capítulo 4)

Quanto ao Programa de Desenvolvimento Sustentável, este foi sendo implementado aos poucos. No entanto, a forte organização popular, a cultura cívica do município fez com que este programa tivesse aceitação e apoio de todos os tabirenses; apesar de ser algo novo para a maioria da população.

Assim, ao concluirmos a Análise Participavam da Realidade¹¹ observamos que a metodologia do trabalho participativo que a seguir detalho, se tornou constante em diversos trabalhos no âmbito do município, fazendo com que o Capital Social já existente no município fosse desenvolvido, passando a ser um fator preponderante nos destinos da sociedade, antes acostumada à política pautada no clientelismo e pouco acesso a participação popular.

¹⁰ Defino cultura cívica como a forma de mobilização e participação social de uma localidade baseada por fortes laços de organização, solidariedade e gestão coletiva das questões igualmente coletivas.

¹¹ Documento elaborado pelo conjunto da sociedade da Tabira com supervisão dos técnicos da SUDENE, objetivando com este apresentar o perfil do município, as suas necessidades e potencialidades visando o Desenvolvimento Sustentável.

A noção de Desenvolvimento Sustentável em um município pobre pode ser considerada utópica; uma vez que esta é pautada numa perspectiva a longo prazo e em uma região como a do semi-árido, devido a inexistência no passado de uma política governamental baseada nos princípios de sustentabilidade. Nesse paradoxo, observa-se a aceitação destas políticas quando não resta alternativa, mas junto com essa postura cresce mais e mais a consciência de que estas precisam ser substituídas urgentemente por outras que primem pela participação da população, atuando também como mecanismos reguladores.

Desta forma, estudar um universo tão complexo quanto o semi-árido nordestino que atualmente busca novas formas de pensar no seu desenvolvimento, tendo na população o principal fator para substituir as políticas públicas assistencialistas, excludentes por uma outra que prime todo o conhecimento, disponibilidade e competência dos sertanejos em construir um modelo de desenvolvimento deles e para eles, tem sido objeto de estudo de poucos autores.

2.1.1. Implicações Teóricas sobre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável.

Nesta parte, apresento as teorias que cercam o objeto de estudo, os desafios de se implantar um Projeto de Desenvolvimento Sustentável em um município carente como o de Tabira, analisando o Capital Social desta população como aporte para implementação e desenvolvimento deste programa de forma exitosa.

As teorias pertinentes à questão, e que orientam esse estudo, foram pautadas na noção que temos do espaço social em que este estudo foi elaborado, bem como, tendo por base outros estudos em espaços similares como a experiência dos pequenos agricultores de Valença na Bahia, e mais especificamente nas experiências de PUTNAM(2000) quando estudou o norte da Itália e pôde comprovar o poder da cultura cívica de habitantes de diversas regiões da Itália em se sentirem atores de um novo modelo de desenvolvimento, pautando em laços de civismo e solidariedade; construindo assim um forte Capital Social.

Dessa forma, a abordagem central de Capital Social é pautada na visão de PUTNAM (2000) por acreditar que esta é a que mais se assemelha ao da região por mim pesquisada embora as outras visões de Capital Social de outros autores como Carlos Júlio

Jará, Augusto de Franco e demais autores sejam também consideradas.

Quando a nação de Desenvolvimento Sustentável está centrada na visão de BUARQUE, (1999), JARA(1999) e AUGUSTO DE FRANCO(2000) pela profundidade com que abordam o tema.

As diferentes formas de definir o Desenvolvimento, tais como o Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), bem como DLIS, (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável) e Desenvolvimento Local Sustentável também são apresentados.

O resultado esperado nesta abordagem acerca de Capital Social e Desenvolvimento Sustentável é de trazer subsídios e análise das ações.

A forma escolhida para abordar estes temas é comentar os principais conceitos à medida que forem sendo aplicadas ao estudo.

2.1.2 .Referências sobre Capital Social

Como já mencionei, irei apresentar as teorias relativas ao Capital Social, observando o espaço em que se processa este estudo, relacionando-o com as ações ligadas à participação popular. Para isso é importante a apresentação de alguns conceitos fundamentais inerentes ao tema em foco, apresentado por diversos teóricos para se processar a análise.

Neste sentido, defino Capital Social como a capacidade pertencente ao indivíduo, que o possibilita atuar conscientemente e com competência nas grandes questões sociais, fazendo-o mentor e ator de políticas públicas que tragam benefícios a si e a coletividade.

Segundo SILVA,(2002) , o termo “Capital Social” foi usado pela primeira vez por Jane Jacobs (1961) para avaliar redes de vizinhança e as influências das políticas sobre a criminalidade. Mais adiante este foi definido por Glenn Loury e Ivan Light (1970) quando usaram-no para descrever relações étnicas dentro do desenvolvimento econômico. Ronald Burt (1983) o utiliza numa visão baseada nas relações de oligopólio na economia e nas filiações de grupo na sociologia. Francis Fukuyama (1997) apresenta, no seu livro “*The end Of Order*” a importância que o conceito de Capital Social representa hoje na interpretação

dos problemas gerados sobre globalização, ou mais especificamente, na mudança de uma estrutura formal hierarquizada para outra baseada em uma comunicação de rede.

A esse respeito, SILVA(2002) diz”Pierre de Bordieu (1985) interpreta esse conceito dentro de uma visão simbólica em que aparece a interferência das instituições como representações coletivas.”

PVTNAM(2000) utiliza o termo como instrumento da democracia e poder repercutindo no bom ou mal desempenho das instituições .

JARA (1999), o apresenta como fator essencial para transformar sociedades insustentáveis em outras pautadas pela justiça social, equidade e participação social.

Continuando JARA cita CHISTIAAN GROOTAER (1998), do Banco Mundial declara quando este declara que “ o Capital Social se refere a coerência interna , social e cultural da sociedade, as normas e valores que governam as interações entre pessoas e as instituições nas quais estão incluídos.”

Segundo a cientista social JOHN DURSTON (1999)

“ o termo Capital Social faz referências as normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre pessoas, nas comunidades e no conjunto da sociedade. Neste sentido, é importante destacar o elemento confiança como fator preponderante para a obtenção de objetivos. Este também é percebido nas relações que os seres humanos têm com os outros, pois é a partir da confiança que se constrói o poder e se hierarquiza a sociedade. Quando a confiança atrela-se a outros fatores tais como civismo, solidariedade e busca de respostas a problemas comuns, podemos dizer que ai está a base do Capital Social”.

Pois o cerne da política atual encontra-se na forma de sociedade civil auto se organiza. Para isto, as sociedades precisam de um fato, de um acontecimento que lhes possibilite esta atuação, este pode estar na cultura que esta dispõe ao organizar-se para discutir ações pontuais no dia a dia, ou até nas grandes questões sociais que carecem de apoio e ação de toda a coletividade em busca de novos caminhos para si e para as gerações futuras.

O investimento em Capital Social por meio de troca de experiências, de uma cultura já existente que precisa ser desenvolvida, é fator basilar para a realização de uma gama de ações do coletivo. Uma vez que mudanças sociais não se baseiam somente em técnicas, mas também em emoção; e o ser humano é dotado de afetividade, efeito, paixão, comoção comunicação. E estes pré-requisitos não podem ser negligenciados quando tratamos de construir um espaço mais justo e solidário.

Nesse sentido, o conhecimento do social, dos anseios, das relações macro travadas no dia a dia da sociedade é relevante para a compreensão do Capital Social das diferentes sociedades. Pois como afirma JARA(1999)

“ somente podemos entender a dinâmica do capital social partindo da dinâmica de todos. Capital social, capital natural, capital político e capital humano ainda se interagem por um conjunto de relações e definem complementaridades, são fenômenos diferentes que formam um campo unificado”.

Assim, a cultura de um povo, ou seja, seu jeito peculiar, o conhecimento construído, as crenças ideais coletivas, costumes, a maneira como a coletividade se organiza para conseguir seus objetivos devem ser levados em consideração, quando se trata de comentarmos o Capital Social de um determinado espaço.

Neste sentido JARA (1999) afirma *“O social é tudo aquilo que se refere a vida coletiva, organizada, aos grupos que compõem uma determinada sociedade e a malha de relacionamentos entre eles”.*

Continuando, JARA cita GOROOTOERT (1988) quando este diz: *“o Capital Social é uma cola que pega ou conserva as sociedades, anotando que sem este recurso não é possível pensar desenvolvimento econômico ou bem-estar”.*

E para conseguir este bem estar as sociedades são constantemente sacudidas por forças externas, tais como pouco acesso às riquezas, a uma vida mais digna. Isto faz surgir mais diversos espaços, organizações que busquem pensar as causas destas ações como formas de neutralizá-las e/ ou substituir por outras que privilegiem a coletividade.

Assim, Capital Social deve ser pensado a partir do contexto histórico e, portanto, como um processo de características cambiantes da organização social, sendo condicionada pelo contexto cultural e político nos quais tais características se acham inseridas.

Para BAGNASCO (2000), “ *O Capital Social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social as quais novos rumos podem ser dados*”.

Ainda neste contexto, NASCIMENTO (2000) reitera:

“...confiança, normas e sistemas de participação Transformam-se em estoques de Capital Social, que serão acumulados e reforçados mutuamente se caracterizam numa elevada cooperação, confiabilidade, civismo e bem-estar coletivo (uma comunidade cívica). Porém, se houver desconfiança, anomia e os sistemas de participação forem precários, dilapidarão os estoques de Capital Social e reforçarão o espírito da comunidade cívica”.

Neste sentido o Capital Social deve ser alimentado e/ ou construído constantemente através dos mecanismos de participação, construção de redes sociais e alianças apoiadas pela informação e educação.

Segundo Paulo Freire (1982):

“Os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de vislumbrar o mundo de acordo com pautas culturais, que obviamente se encontram marcadas pelas ideologias dos grupos dominantes da sociedade global da qual fazem parte. Sua maneira de pensar condicionada por se atuar no mesmo tempo que a este condiciona, de há muito e não de hoje, se vem construindo, cristalizando. E se muitas formas de pensar e de atuar persistem hoje, mesmo em áreas que os camponeses se experimentam conflitos na defesa de seus direitos, com mais razão permanecem naquelas em que não tiveram tal experiência.”

Assim, o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições.

Neste sentido, para PUTNAM (2000), a característica principal da comunidade à vida é a capacidade de colaborar usando interesses comuns. Continuando diz:

“A consciência que cada um tem seu papel e seus deveres como cidadão aliada ao compromisso com a igualdade política, constitui o crescimento cultural de comunidade cívica.”

Assim, se a sociedade for dotada de forte cultura cívica, expressa pela participação, compromisso com a coletividade somado a sentimentos de confiança e solidariedade, podemos dizer que este é dotado de forte Capital Social. E este é existente em qualquer espaço mesmo nos mais inóspitos como o semi-árido.

PUTMAN (2000) afirma *“o Capital Social diz respeito a características da organização da sociedade”*. E estas passam por um aprendizado contínuo ao longo de sua existência.

A esse respeito CAPRA (2002), salienta:

“ A visão sistêmica do aprendizado das organizações reforça a lição que aprendemos com a compreensão da vida, das organizações humanas; o meio mais eficaz para intensificar o potencial do aprendizado de uma organização é apoiar e fortalecer as suas comunidades de prática. Numa organização via, a criação do conhecimento é natural, e a partilha dos conhecimentos adquiridos com os amigos e colegas é uma experiência satisfatória do ponto de vista humana”.

Desta forma, a cultura se expressa pela crescente vontade de aprender e configura-se como já mencionados no cimento da construção do Capital Social.

O fator cultural como não poderia deixar de ser está presente nas instituições que representam o cerne do Capital Social, pois apesar de termos conhecimento, sentimento de confiança e solidariedade somente somos detentores de capital social quando compartilhamos com a coletividade.

As instituições são feitas pelas pessoas e estas através de laços de confiança, solidariedade, constroem a cada dia o Capital Social.

Para PUTNAM (2000), o desempenho institucional baseia-se num modelo bem simples de governança, demandas sociais, interação pública, opção política e implementação.

Para tanto, o contexto cívico é essencial, pois segundo PUTMAN(2000): “A existência de instituições eficazes e responsáveis, depende do jargão do humanismo cívico das virtudes e práticas republicanas”.

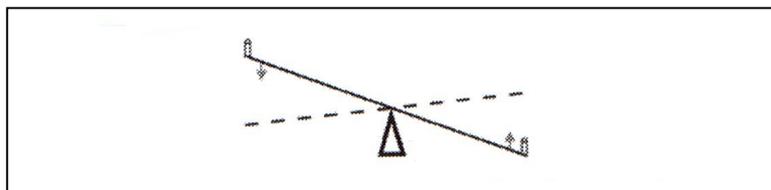
2.1.3.Referencias sobre Desenvolvimento Sustentável.

Em todas as partes do mundo cresce a cada dia a preocupação em torno da erradicação da pobreza sem acabar com a natureza.

Segundo CAVALCANTI (2002) “ *Optar pela sustentabilidade quer dizer adotar uma orientação de se conservar mais capital natural para as gerações futuras*”. Desta forma, os mecanismo de entropia e neguentropia devem manter-se equilibrados. No entanto não é isso que vem ocorrendo em diversos espaços, ou seja, o processo de homeostase¹² propiciado por um mecanismo auto-regulador não vem ocorrendo.

Este é o grande dilema dos gestores públicos, organizações do terceiro setor, economistas. Tal preocupação se origina do fato de que sempre tivemos políticas públicas com enfoques ambientais ou econômicos, ou seja, sempre existiu um *trade off*, em que para conseguir uma ação uma outra precisava ser neutralizada (Ver diagrama 1).

DIAGRAMA 1 Trade Off(gangorra) entre o Crescimento Econômico e Conservação Ambiental.



Fonte; Apostila da Disciplina Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável. Sérgio C. Buarque, 2000.

¹² Homeostase- propriedade dos organismos vivos – natureza que lhe permite manter-se em equilíbrio dinâmico com base em mecanismos auto-reguladores.

Assim, esta gangorra precisa acabar. E uma forma de conseguirmos isso é quando somos dotados de Capital Social, somado aos princípios básicos do desenvolvimento sustentável. Nesta ótica, os mecanismos de regulação são fundamentais para podermos racionalizar os recursos naturais e ao mesmo tempo pensarmos e fazermos um desenvolvimento mais justo e mais equânime.

A regulação seguindo Michael Porter (1999) é dever do Estado, mas se a população não tem este conhecimento não pode exigir que este utilize mecanismos para que isto aconteça. Neste sentido, é importante que o Estado invista em pesquisa no sentido de mudar a lógica de reproduzir, dependendo da sociedade e de sua capacidade, de auto-organizar-se por meio do Capital Social.

Mas, a lógica da produção priorizada pelo modelo de desenvolvimento atual, é ainda vivenciada em muitas partes do mundo. Este modelo pouco se utiliza mecanismos de regulação para que se possa equacionar no tempo e no espaço as necessidades das sociedades atuais com as sociedades futuras, tendo no coletivo e na relação afável com a natureza os elementos para isto.

Desta forma, o termo Desenvolvimento Sustentável virou moda e muitos gestores, políticos, economistas o utilizam sempre em palestras, em seus pronunciamentos em publico, para enfatizar idéias principalmente ligadas à erradicação da pobreza. Mas, o que verificamos na atualidade é que a cada dia, mais e mais pessoas são vitimadas pela fome. Segundo o UNICEF (1999), 1,44 bilhões de pessoas vivem abaixo do nível de pobreza, ou seja, 25% da população mundial vive na pobreza total, 1 bilhão de pessoas vivem sem água potável, 70 países têm receita menor do que a década 1960 e 1970, além do que 1 bilhão de pessoas são analfabetas. Segundo o Banco Mundial (1999), em cada três latino-americanos, um é pobre e, 18% da população da América latina (86 milhões de pessoas), está na miséria, ou seja sobrevive com uma renda máxima de 1 dólar por dia. A continuar assim, o número de pobres na América Latina crescerá ao ritmo de um milhão por ano. A cada minuto, surgem mais pobres.

Assim, observamos que o modelo de desenvolvimento ainda praticado em vários países do mundo é insustentável. Ou seja, serve para quem? Se cada dia cresce o fosso entre pobres e ricos e a natureza continua a ser vítima da forma feroz e desumana de seres

humanos que, em busca da sobrevivência e somado à ganância dos megainvestidores, estão inviabilizando a vida na terra.

Segundo JARA(1999)

“As soluções para a superação da pobreza rural e urbana, estão na organização da sociedade, nas construções de novas condições institucionais baseadas na cooperação visando acumular Capital Social, num sistema de valores comuns fundamentados em princípios compartilhados de confiança.”

Como podemos perceber, há na visão do autor um forte valor ao Capital Social como instrumento basilar para substituímos o modelo de desenvolvimento excludente e insustentável por um outro que preze a inclusão, a equidade entre grupos e pessoas e que seja sustentável.

2.1.4. Especificidades sobre Desenvolvimento Sustentável.

O termo Desenvolvimento Sustentável está sendo utilizado na atualidade cada vez mais como o modelo de desenvolvimento a ser seguido pelas nações do mundo inteiro para que possamos dar continuidade a vida na terra primando por uma vida decente para a maioria dos povos.

No entanto, é importante destacar que, apesar relativamente novo, para algumas nações e mais ainda para a totalidade dos povos, este termo há décadas vem sendo discutido por instituições e estudiosos com o fino propósito de disseminar este conceito e fazer com que todos tenham acesso à compreensão deste modelo de desenvolvimento e apliquem-no, se possível, nos mais diversos espaços para que possam garantir a tão sonhada qualidade de vida para a maioria das sociedades.

Observando a cronologia com que o termo se disseminou nas sociedades, é importante destacar que foram depois da segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento ganhou novas conotações..

Com o passar do tempo, nas décadas de 1970 e 1980 surgem novas idéias de preocupação com o meio ambiente, já que, até então, o desenvolvimento estava ligado à economia, tão somente, ou seja, primava-se pelo investimento em larga escala.

Mas a poluição do ar, chuvas ácidas, a crise do modelo fordista com o fim do padrão dólar, esgotamento do modelo energético, desagregação do Estado de bem-estar, deslocamento do sistema financeiro, da economia real, isto na década de 1970 chama a atenção dos pesquisadores de que algo não ia bem com o planeta. E que o padrão de desenvolvimento até então executado não satisfazia mais a sociedade global.

Ou seja, apesar de termos novos paradigmas de desenvolvimento, estes não são aplicados, ou quando o são, não surtem o efeito que a maioria espera, pois a estrutura do poder determina e impõe sua vontade.

Este novo paradigma de desenvolvimento surge em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano em Estocolmo, que introduziu, pela primeira vez na agenda internacional, a preocupação com o crescimento econômico em detrimento ao meio ambiente, uma vez que estava claro o esgotamento da biosfera, caso continua-se o modelo de desenvolvimento até então vivenciado. Neste mesmo ano surge o famoso estudo do Clube de Roma, sobre os alcances limitados do crescimento (MEADOWS, 1972) que colocava limites ao crescimento econômico, tendo em vista à extinção a vida na terra.

É importante destacar que a discussão em torno dessa idéia surge na década de 1960, embora de forma insipiente por parte de estudiosos, ecologistas e ganhou força nos anos 1970 com o crescimento do movimento ambientalista, bem como na formação de uma cultura ambiental.

Outro marco do Desenvolvimento Sustentável é o Relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Esta comissão teve como presidente a primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland nomeada em 1983.

Os resultados desta comissão foram reunidos no Relatório “Nosso Futuro Comum” onde constava pela primeira vez o termo desenvolvido sustentável num anseio de integrar o conceito de sustentabilidade ao de desenvolvimento. Este documento define Desenvolvimento Sustentável como *“aquele que satisfaz as necessidade do presente sem*

comprometer a capacidade das gerações futuras em suprir as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1988).

A *priori* este conceito traz no seu bojo inúmeras dificuldades levando em consideração a solidariedade inter-espacial, intra-espacial e inter-geração, já definidas anteriormente, o processo de entropia – perda de energia da natureza em detrimento da neguentropia – capacidade da natureza em se reestruturar; bem como a obtenção de resultados a longo prazo em sociedades que carecem de ações urgentes em alguns casos como a seca nordestina por exemplo, ou a fome em vários espaços rurais e urbanas dos mais variados países.

Segundo GADOTI, (2000) “ *Passados 20 anos da Conferência de Estocolmo, em 1992, o Rio de Janeiro reuniu líderes de 178 países na Confederação das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), onde novamente a questão ambiental estava em tona, ou seja, a preocupação central dizia respeito a como não acabar com a natureza tendo em vista o modelo de desenvolvimento até então implantado em vários países do mundo, pois neste 20 anos, praticamente nada tinha sido feito com o intuito de equacionar desenvolvimento e natureza”*.

Paralelamente à conferência patrocinada pela ONU, ocorreu o Fórum Global 92, promovido por entidades da sociedade civil. Desta conferência participaram 10 mil representantes que aprovaram o documento Declaração da Terra, também chamada de Carta da Terra, cujo objetivo é construir uma ética global para uma sociedade global.

Neste sentido, a busca de soluções para o presente insustentável, torna-se também preocupação para diversas instituições, dentre eles PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo este organismo, Desenvolvimento Humano:

“É um processo abrangente de expansão do exercício de direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômicas, política, social e cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos.” (PNUD,1998).

Para entender o Desenvolvimento Humano o PNUD trabalha com o IDH. Índice de Desenvolvimento Humano, que sendo um dado numérico combinam os seguintes elementos: longevidade-vida longa e saudável Nível Educacional conhecimento, e renda (padrão de vida desce). O IDH é elemento norteador para a implantação dos Programas de Desenvolvimento Sustentável implantados pela SUDENE/ PNUD diversos municípios nordestinos.

Ainda sobre Desenvolvimento Humano, este é, portanto o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas (PNUD, 1998).

Como podemos observar os conceitos de Desenvolvimento Humano e o de Desenvolvimento Sustentável tem pontos em comum tais como melhoria da qualidade de vida e meio ambiente harmonia com o desenvolvimento econômico, buscando na participação social uma força para que isto ocorra.

Para BUARQUE (1999) o Desenvolvimento Local Sustentável

“ É o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade compatibilizando no tempo (ao longo do tempo) e no espaço, o crescimento, o crescimento a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”.

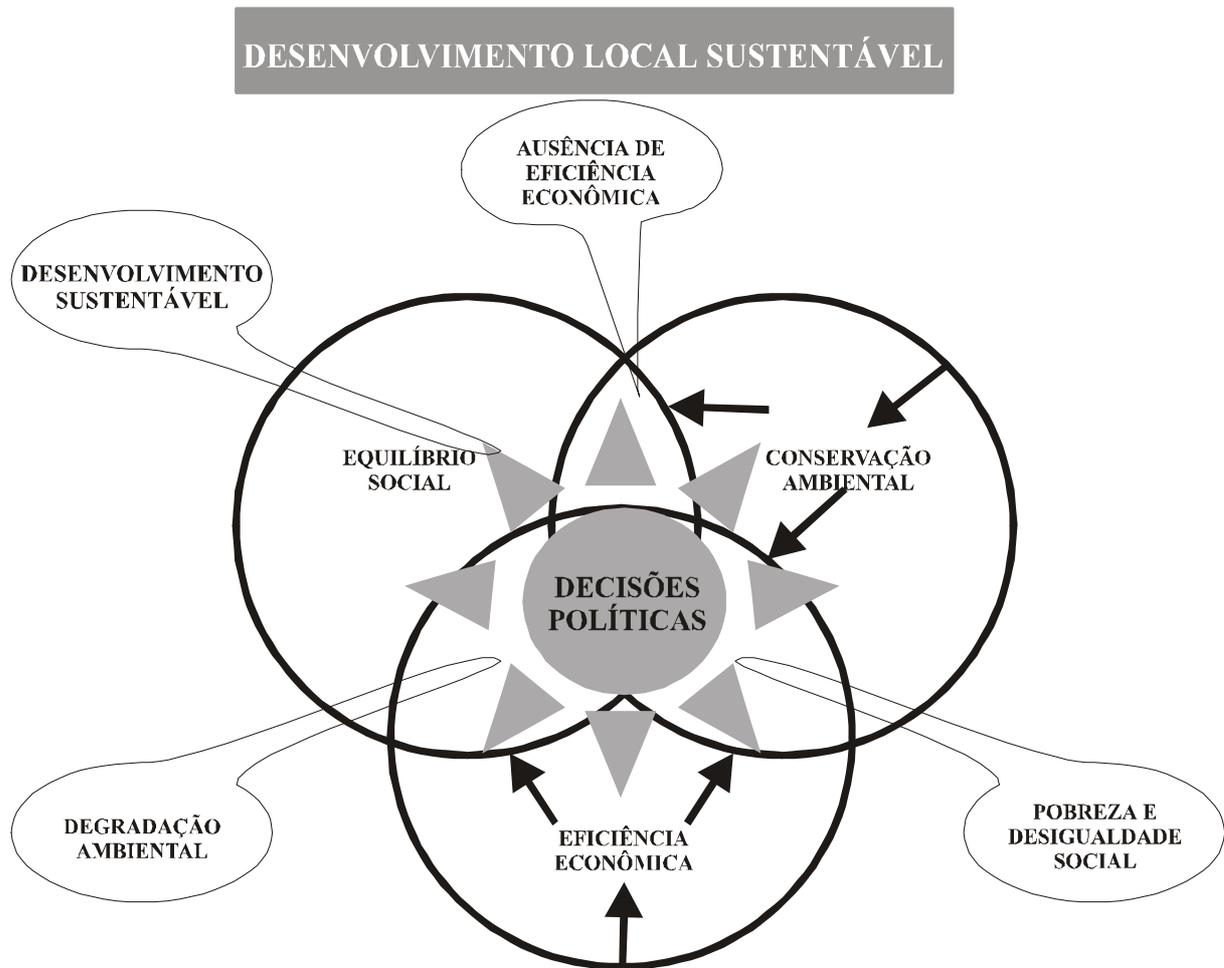
O DLIS- Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, segundo AUGUSTO DE FRANCO (2000) *“ É uma estratégia de investimento em Capital humano e Social”* Continuando Diz: *“ É uma novo paradigma de desenvolvimento Sustentado também na idéia de responsabilidade social, ou seja, na lógica do coletivo e não somente na idéia de desenvolvimento a partir da visão do Estado como mentor e responsável por políticas públicas”.*

Para que possa acontecer Desenvolvimento Sustentável, segundo BUARQUE(2000)¹³”.. *é necessário que haja uma ampliação dos três círculos, refletindo*

¹³ Apostila da disciplina Planejamento do Desenvolvimento Sustentável , MPA/NE, SUDENE.,UFPE, PNUD.

num grau crescente de compatibilização das três dimensões: maior equidade, mais conservação ambiental e maior racionalidade econômica”. (Ver Diagrama 2)

Diagrama 2 Dimensões do Desenvolvimento sustentável



Fonte: Apostila da Disciplina Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável, aulas mestrado, setembro de 2002.

Assim, o Desenvolvimento Sustentável segundo Sérgio Buarque (2001) tem suas raízes fincadas nas seguintes dimensões:

- Equidade e qualidade de vida que se constitui objetivos centrais do desenvolvimento sustentável.

- Eficiência e crescimento econômicos representam pré-requisito fundamental para o desenvolvimento.
- Conservação ambiental - condição central para o desenvolvimento sustentável.

As dimensões tecnológicas e político - institucionais aparecem como aspectos complementares ao desenvolvimento sustentável. A tecnologia representa um fator decisivo para alterar a relação da economia com o meio ambiente, ao passo que a política institucional constitui-se como forma de organização e participação da sociedade. Constitui ao mesmo tempo objetivo e meio para assegurar a equidade social e sustentabilidade das políticas.

Acrescento o fator Capital Social como instrumento basilar da atingir este modelo de desenvolvimento, uma vez que sem este as dimensões acima mencionadas são fortemente prejudicadas pela ausência de uma cultura cívica, laços de afetividade, confiança e participação coletiva, inerentes ao Capital Social.

Retomando o conceito de Sustentável, este, nos dicionários tem a ver com suportável, duradouro, conservável.

Sua definição, entretanto, remonta a muitas dimensões dentre as quais, a ecologia, a equidade, fundamentação econômica. Assim, a palavra sustentabilidade vista de forma isolada não tem sentido, ou seja, ela precisa ser pensada no contexto sócio histórico dos espaços.

Entretanto, apesar dos diversos espaços sociais, suas peculiaridades, observamos em modelos de subdesenvolvimento na sua grande maioria insustentável, ou seja, a continuar assim, mesmo nos espaços mais desenvolvidos economicamente, se não forem tomadas providências no sentido de equacionar o desenvolvimento econômico com a biosfera, os seres humanos e as demais espécies vivas estarão seriamente ameaçadas de extinção.

Desta forma, alguns problemas como poluição, doenças fruto da devastação ambiental, podem ser detectadas nos mais diversos países bem como nos espaços permeados pela pobreza. Assim, outros problemas como fome, miséria, falta de saneamento básico aparece nos países menos desenvolvidos e não nas nações mais desenvolvidas,

embora estes problemas tenham uma razão comum: o modelo de desenvolvimento excludente praticado pelas sociedades contemporâneas.

Segundo BUARQUE (1999)

“O Desenvolvimento Sustentável refere-se aos processos de mudanças sócio-políticas, sócio-econômicas, e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente como no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômicos que além do mais sejam compatíveis com as circunstâncias a longo prazo”.

Segundo JARA (1998) para alcançarmos o Desenvolvimento Sustentável *“...é preciso reconhecer a capacidade e potencial das comunidades humanas para a identificação dos seus próprios problemas e necessidade a para construir suas próprias condições de auto-dependências”.*As instituições, os gestores constituem-se atores deste modelo de desenvolvimento politicamente correto.

Continuando, JARA especifica que o *“ Desenvolvimento Sustentável surge também como enfoque que incorpora a diversidade de contextos sociais, buscando soluções específicos para problemas específicos mediante o exercício do controle democrático na tomada de decisões, ou seja, promovendo respostas participativas e solidárias a uma condição desumana de assuntos societais”.*

Desta forma, para que possamos fazer Desenvolvimento Sustentável além dos fatores culturais institucionais, acima descritos, é necessária uma metodologia estratégica, ou seja, um planejamento estratégico situacional enquanto processo técnico-político (MATHUS, 1996). A este respeito, BUARQUE (1999) especifica; **“ Técnico- porque ordenado e sistemático e porque deve utilizar instrumentos de organização sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo e um esforço de produção e organização de informações sobre o objetos e os instrumentos de intervenção. Político- porque toda decisão e definição de objetivos, passam por interesses e negociações entre atores sócias”**(grifo nosso).

CAPÍTULO 3

ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1.A Escolha da Metodologia

Como já evidenciamos anteriormente, o objeto de estudo desta pesquisa consiste em apresentar a importância do Capital Social na efetivação de um programa de Desenvolvimento sustentável em um município carente como o de Tabira, localizado no Sertão Nordestino.

Desta forma, esta pesquisa utiliza a estratégia do Estudo de Caso, definido por YIN (2001) como “*Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos*”. Ou seja, não obstante a dimensão holística em que este estudo deve ser aplicado, bem como, todos os procedimentos que são adotados para se realizar uma pesquisa com estas características, na qual o pesquisador não tem qualquer controle sobre os fatos, não cabe a este apenas apresentar amostragens, mas sim; expandir e generalizar teorias. Isto não é uma tarefa simples, uma vez que nem sempre um caso pode ser generalizado a outros espaços; no entanto é possível quando se trata de temas como os apresentados por esta pesquisa.

A respeito do estudo de caso em foco e, observando o rigor técnico de uma pesquisa deste porte, recorreremos à diversificação tais como observações, entrevistas, análise de documentos objetivando com isto minimizar deficiências.

A condição de moradora e participante de diversos movimentos da sociedade civil e gestora do município que neste estudo configura-se como objeto de estudo, fez-me configurar como observadora participante; categoria não passiva que me forneceu muitos subsídios para desenvolver e concretizar este estudo.

Quanto à periodização do estudo, este vai de 1999 a 2001 pela existência neste período de fatos que são relevantes para a pesquisa em foco. Entretanto, anos anteriores e posteriores são citados, como forma de concretizar elucidar fatos e apresentar conclusões proeminentes a este estudo.

Apesar de retomarmos um pouco na história do município para analisarmos a existência e a função de uma cultura cívica, traduzindo-se num forte capital social e a influência desta na implantação e desenvolvimento de políticas voltadas a sustentabilidade; este estudo não se configura como uma pesquisa histórica uma vez que esta segundo YIN(2001) *“Não lida com situações emaranhadas entre fenômeno e contexto, mas em geral com acontecimentos não contemporâneos”*.

3.1.1.Especificidades Metodológicas

O Estudo de Caso em foco é descritivo, uma vez que traça uma seqüência de eventos inter-pessoais ao longo do tempo, descrevendo uma sub-cultura existente e descobre seus fenômenos chave – como forma de organização, mecanismo de regulação-que influencia diretamente a realização de programas pensados e desenvolvidos a partir da população local.

Dessa forma, a utilização dessa estratégia de pesquisa vem responder as questões deste estudo, pois como bem salienta YIN (2002) *“O Estudo de Caso conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevista”*.

Assim, além da análise de documentos, tais como os produzidos pelas Frentes Produtivas e integrantes dos Círculos de Cultura no período da vigência do Programa de Enfrentamento aos Efeitos da Seca, tais como *“Análise Participativa da Realidade”*¹⁴, Atas de reuniões produzidas pelas Associações da Sociedade Civil, e documentos do CONDET- Conselho de Desenvolvimento de Tabira¹⁵, APPTA- Associação dos Poetas e Prosadores de Tabira, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabira, Igreja. Foram utilizadas também recortes de jornais, fitas de vídeo que figuram a capacidade cultura cívica do município em tela e como esta pode ser fator preponderante para a existência de políticas voltadas a coletividade.

¹⁴ Produzido pela sociedade civil e técnicos da SUDENE no período de 1999 a 2000 quando da implantação do programa de Desenvolvimento Sustentável no município.

¹⁵ Conselho formado por setores da sociedade civil e que funciona como instrumento regulador de políticas Públicas no município criado a partir da implantação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável de Tabira.

Neste sentido, este experimento não representa apenas uma amostragem, ou seja, não apresentamos aqui apenas particularidades inerentes a apenas uma região do Semi-Árido, mas, sobretudo, podemos a partir deste Caso, generalizar esta teoria, ou seja, a de que a cultura cívica existente em um município mesmo que este seja carente economicamente, em contrapartida, possui uma população dotada de forte Capital Social pode sair da situação de insustentabilidade para outra pautada nos princípios da justiça e equidade social, instrumentos basilares do Desenvolvimento Sustentável.

Apesar deste estudo levar em conta alguns fatos de anos anteriores e posteriores a 1999 a 2001, período que diz respeito a vigência do Programa de Enfretamento aos Efeitos da Seca e período de implantação do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável no município- objetivando coleta de dados para este estudo de extrema relevância, ao se trata de um estudo etnográfico uma vez que este em geral exige períodos longos de tempo no “campo” e enfatiza evidências observacionais detalhadas, o que não é a função deste estudo.

A questão central deste Estudo de Caso aparecem sob a forma de como o Capital Social existente em um município carente pode ser instrumento basal para implementação de um Programa de Desenvolvimento Local Sustentável. Para isso, o foco da unidade de análise deste estudo consiste no Capital Social desta sociedade proporcionado pela capacidade auto-organização e pensamento coletivo para questões igualmente coletivas. Esta proposição que será verificada no desenvolvimento deste estudo, quando os dados coletados são apresentados sob forma de evidências, irá validar a hipótese central deste trabalho.

Quanto à confiabilidade dos dados coletados, estes se encontram disponíveis nas organizações da sociedade civil do município; tais como: CONDET, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabira, Prefeitura Municipal, Biblioteca Pública, que conta com um Banco de Dados composto por fitas, recortes de jornais, livros, e demais documentos que evidenciam as proposições deste estudo. Ademais, o Projeto Piloto _SUDENE/PNUD de Desenvolvimento Sustentável dispõe, no seu acervo, fotos, fitas de todas as etapas do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, em que aparecem forte evidências da cultura local e sua influência na implantação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Trata-se, portanto, de um estudo de Caso único, pois várias circunstâncias

contribuem para validarmos as hipóteses aqui formuladas, como, por exemplo, a de que o Desenvolvimento Sustentável é possível em uma sociedade pobre, bastando para isso que seu povo seja dotado de forte Capital Social.

3.1.1.1. Preparação e Coleta de Dados

A forma de coleta de dados foi definida quando da elaboração deste projeto de pesquisa. No entanto, fatos inesperados da sociedade tabirenses como realização atos públicos, mudança nos mecanismos de gestão fizeram rever algumas estratégias de pesquisa, tais como: documentar estes eventos e eleger outros entrevistados -antes não elencados - como pessoas que não integraram o Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável ou participante de Associações da sociedade civil. Este procedimento foi realizado objetivando analisar as diversas visões que pessoas integrantes ou não de associações ou pertencentes a instituições diversas do município e fora dele têm a respeito da cultura cívica no município em tela.

As informações coletadas foram revisadas com ajuda de integrantes do PDSL para que juntos pudéssemos analisar com mais propriedade o objeto de estudo em foco, objetivando com isso minimizar deficiências desta pesquisa.

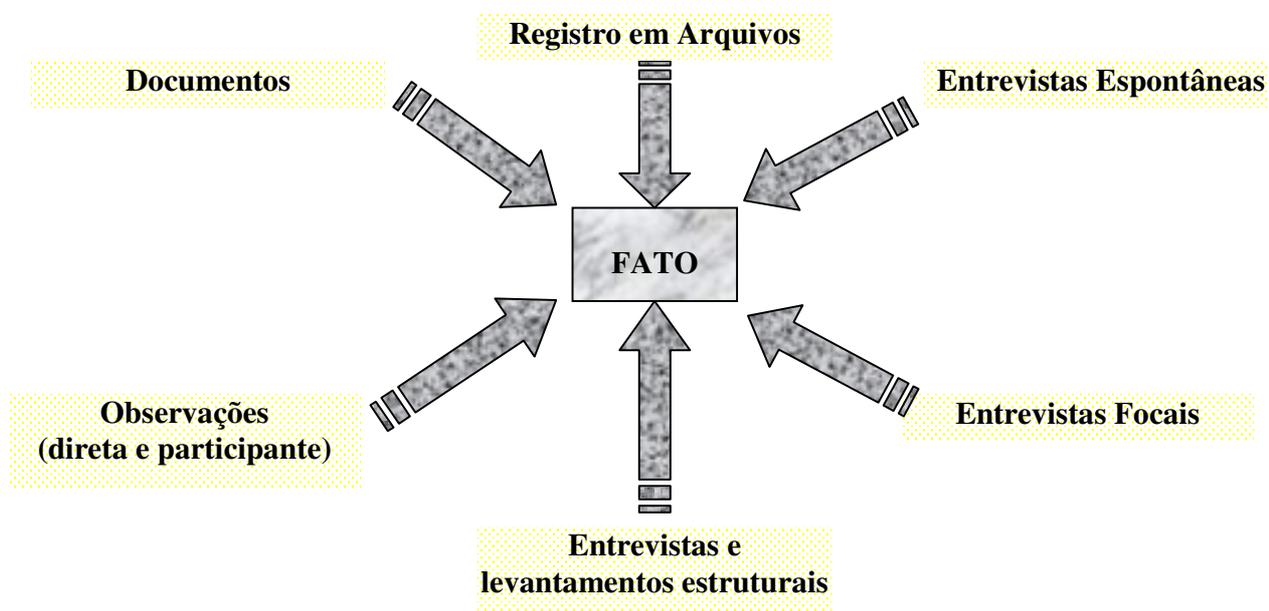
A adaptatividade e flexibilidade com que conduzimos este estudo foram relevantes para adequar a visão de organização e mecanismos de gestão antes pensada como um modelo que não sofreria nenhuma modificação com a ocorrência de fatos políticos ocorridos no município, como por exemplo, mudanças de gestor e sua relação com as instituições locais.

Como já evidenciamos anteriormente, esta pesquisa não foi realizada por uma equipe de pesquisadores. E sim, se baseou, sobretudo na análise e coleta de dados de fontes diversas contando com apoio de pessoas participantes ou não de setores organizados da sociedade que apresentaram sua versão acerca do estudo em foco, ficando a revisão com participantes da Comissão Temática de Educação, divulgação e Comissão de Campo a tarefa de rever os dados coletados.

Para coletar os dados não realizamos seminários para discussão do objeto de estudo desta pesquisa, mas tivemos o cuidado de registrar atos importantes como, por exemplo, o

Ato Público que envolveu todos os setores organizados da sociedade civil como CONDET, Poder Executivo e Igreja para discussão e tomada de medidas para resolver o problema da falta de água no município e Região do Pajeú. Dessa forma, apesar de não tratar especificamente da relação entre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável; este é perceptível não de forma explícita, mas fornece fortes evidências de como a sociedade pensa o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo a função do Capital Social neste fim.

Diagrama 3 Processo de Desenvolvimento da Pesquisa



Fonte: YIN, Robert K. Estudo de Caso, Planejamento de Métodos, Porto Alegre, Bookman,2001.(Adaptado)

Outros instrumentos que foram utilizados nesta pesquisa foram à entrevista e a observação direta.

As entrevistas foram espontâneas, focais e formais. Espontâneas quando foi garantida a liberdade de opinião ao informante acerca dos temas tratados por este estudo. Focais quando o respondente apresentou a sua visão sobre os aspectos da pesquisa em foco

e estes aspectos foram definidos anteriormente e apresentados a este sob forma de entrevista a respeito do objeto de estudo e das questões básicas a serem respondidas. Formais quando o questionário continha, além de perguntas – chave, formas para levantamento de dados, e como estas seriam analisadas.

As entrevistas são essenciais no estudo de caso, pois como sabemos lidam com questões humanas.

A estratégia utilizada nas entrevistas para coleta de dados, a partir das fontes de evidências pautou-se na técnica de pergunta / resposta, na qual o respondente pôde expor suas idéias oralmente ou de forma escrita. O uso do gravador foi utilizado sempre respeitando a vontade do respondente. Tanto em um procedimento como em outro, o respondente teve acesso à lista de pergunta, e ao do objeto de estudo. Isso facilitou a resposta às perguntas formuladas, evitando também possíveis dúvidas quanto ao teor das perguntas formuladas.

Quanto às observações, estas foram informais e formais para coleta de dados. Muitas vezes em fatos inesperados do dia a dia a observação foi de grande valor para a conclusão deste trabalho. Este procedimento é possível e eficaz quando se tem claro que hipóteses precisam ser analisadas, bem como o objeto do estudo em questão.

Após a conclusão desta etapa, fizemos análise cruzada dos dados obtidos e estes fizeram parte do banco de dados disponível na Biblioteca Pública Municipal.

Os autores participantes deste estudo serão citados, pois os mesmos concederam permissão. Ademais, não se trata de um tema polêmico. Estes também terão acesso a esta pesquisa com antecedência para conferência das informações dadas, bem como fazer alguns reparos. Isso ao nosso ver minimiza deficiências na mensuração dos resultados.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DE DADOS

4.1 Análise dos Estudos

A delimitação do estudo em foco corresponde ao período de 1999 a 2001 e serve como elemento de análise para a verificação da hipótese de que o desenvolvimento sustentável é possível mesmo num ambiente pouco propício a este como é o semi-árido e particularmente o município de Tabira, bastando para isso que esta sociedade seja adotada de forte Capital Social. Isso porque neste período tivemos a oportunidade de fazer uma análise dos principais fatos que contribuíram para a aquisição e implementação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável no município, bem como, a influência deste programa na execução de políticas que sejam pautadas na sustentabilidade.

Observamos que há uma forte ligação entre Desenvolvimento Sustentável e Capital Social, para conseguirmos implantar e desenvolver um Programa deste tipo em um município carente como o de Tabira, sendo necessário que a população deste espaço tenha no seu âmago uma cultura cívica própria, tendo no capital social o cimento para que esta possa se desenvolver ainda mais. Nesse contexto, o programa de Desenvolvimento Sustentável aplicado no município fez gerar um Capital Social na população que dele participa, tanto pela metodologia com que este trabalha, como pelos conhecimentos que todos construíram ao longo do processo de aplicação e execução deste programa numa teia intrínseca expressa pelo esquema abaixo:

Diagrama 4 Teia Capital Social e Desenvolvimento Sustentável



Não diferente do que PUTNAM descreve a respeito da Itália, em Tabira observamos também ao longo deste estudo que há uma variação nos níveis de Capital Social das pessoas que habitam no município. Ou seja, as pessoas que participam de Associações Rurais, Culturais, de Pais e Mestres nas escolas, de Conselhos são dotadas de um nível maior de Capital Social do que as demais que não participam de nenhuma organização social. As categorias organizadas participam ativamente de políticas em prol do município, se sentem capazes de contribuir de forma significativa para que as ações sirvam à coletividade tal como acontece nas regiões do norte da Itália nas quais a população é dotada de forte capital social e age de forma eficaz nas instituições fazendo-as funcionarem bem. Já as categorias não organizadas, tal como acontece com a população que reside nas áreas no sul da Itália onde o percentual de Capital Social é reduzido, observamos a mesma postura: as pessoas se sentem pouco capazes de agir em prol de si a coletividade, sendo ainda objetos de políticas voltadas ao clientelismo e pouca atuação no coletivo nas ações do governo local e/ ou em outras esferas.

Neste sentido, estudar a relação do Capital Social para a efetivação do programa de Desenvolvimento Local Sustentável em um município como o de Tabira se constitui no objeto de estudo desta pesquisa.

Os fatores relevantes para esta análise , são a seguir elencados, uma vez que incidirem diretamente na hipótese deste estudo.

A influência destes fatores para a hipótese deste estudo é percebida nos contextos a seguir destacados.

4.1.1. O Contexto Político do Município

Apesar deste estudo não primar na sua metodologia por uma pesquisa histórica. As possíveis causas do Capital Social no município, nas entrevistas, sempre vieram à tona e aqui se faz necessário um rápido ensaio sobre este tema para entendermos melhor esta característica do povo de Tabira e como foi relevante na implantação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável e posteriormente como esta mesma característica vem influenciando nas políticas do município que levem à sustentabilidade deste espaço.

Quanto à origem do Capital Social da população de Tabira, segundo as informações coletadas durante a realização deste trabalho de pesquisa, esta tem causas diversas na opinião dos entrevistados compostos por participantes do programa de Desenvolvimento Local Sustentável, técnicos e habitantes do município, gestores locais, ex-prefeitos e vereadores da atual gestão e gestões anteriores.

Na visão destes, o capital social da população de Tabira advém em parte da influência da cultura poética dos habitantes do município que faz com que, unidos pela poesia, se organizam em busca dos seus objetivos e de certa forma influenciam outras organizações a fazerem o mesmo. Outro fator citado como já evidenciamos é a ausência no município do coronelismo, ainda bastante forte em alguns municípios do Sertão pernambucano. A Igreja católica contribui de forma vital, também, para a organização de grupos, uma vez que esta prática é bastante forte no município por meio dos diversos grupos de jovens. A feira municipal como sendo uma das maiores do Estado de Pernambuco, funciona como um intercâmbio de culturas, gerando capital pessoal que a seguir pode transformar-se em Capital Social.

Ainda sobre o coronelismo, observamos que este é comum aos municípios nordestinos e/ou pernambucanos, especialmente no interior do estado, porém, não foi sentido no município de Tabira. Não obstante na sua história, observamos a presença de um líder durante o período de formação e independência e anos posteriores, do então chamado Cel., Pedro Pires Ferreira, segundo estudiosos da região dentre eles o Padre Mario Costalunga, o então líder Político que chegou a ser Prefeito do município e Dep. Estadual, chamado de “coronel” não o era de fato; uma vez que sua ação na política não se portou na perseguição e/ou dificuldades de outros seguimentos da sociedade de se chegar ao poder.

Desta forma, verificamos em Tabira uma rotatividade, deste a primeira gestão à atual. Ou seja, não se verifica no município uma oligarquia política que “controla” o município como observamos em outras cidades do interior de Pernambuco. Este fato, segundo os últimos gestores veio contribuir para a efetiva participação da sociedade local nos debates e implementações de políticas que priorizem a participação em diversas instituições. Ainda quanto à origem do Capital Social da população de Tabira, segundo as informações coletadas durante a realização deste trabalho de pesquisa, tem causas diversas, na opinião dos entrevistados compostos por participantes do programa de Desenvolvimento

Local Sustentável, técnicos e habitantes do município, gestores locais, ex-prefeitos e vereadores da atual gestão e gestões anteriores.

Este fato comprova-se também na forte vontade popular de ser mentor das ações que lhe dizem respeito dentre eles, nas eleições: A população de Tabira, observando dados do TRE- Tribunal Regional Eleitoral não manifesta na sua maioria a obediência líderes políticos, por exemplo prefeito. Na maioria, os eleitos do município são políticos ligados a luta sindical e/ ou partidos ditos de esquerda .

4.1.2.O período de 1996 a 2000 - A Importância das Gestões

O ano de 1996 se configura como um ano especial no município ,porque, pela primeira vez observamos na história de Tabira a renuncia de um Prefeito.

Edson Moura, prefeito pela segunda gestão, não consegue realizar um mandato que respondesse aos anseios da população-fato não vivenciado no primeiro mandato 1983 a 1985. Desta forma, vendo a insatisfação da população e pressionado por líderes políticos locais resolve abdicar do ultimo ano de governo. Assim, em 1996, o vice Prefeito José Edson Cristóvão Carvalho, jovem político, ex-vereador assume ao governo do município por um ano (1996). Este fez um trabalho pautado na participação e a esperança sempre presente de construir um município forte, desenvolvido que andava um pouco velada nos últimos anos. Esta postura volta durante no ano subsequente com a gestão do prefeito Josete Alves do Amaral, médico empresário que desenvolveu uma gestão democrática, participativa, com implementação, de conselhos e estes com função de regulação e fiscalização e logo com ampla ajuda nas políticas vivenciadas por estes gestor que chegou a exercer liderança regional, chegando a ser no ano 2000 o presidente da AMUPE- Associação Municipalista de Pernambuco.

Sua atuação como gestor municipal apesar de nunca ter exercido cargos públicos foi tão relevante que até na atualidade, vivenciam-se práticas participativas desenvolvidas e implementadas durante o seu mandato, que também se pautou pela capacitação dos diversos conselhos existentes no município.

4.1.3.O Programa de Enfretamento aos Efeitos da Seca.

Em 1998, Tabira, bem como todos os municípios do semi-árido que declaravam estado de emergência foram cadastrados e desenvolveram o Programa de Enfretamento aos Efeitos da Seca, programa de cunho assistencialista e que como já observamos ao longo das histórias das secas no Nordeste, não resolve o problema deste fator natural, com conseqüências graves para as populações sertanejas. No entanto, não adentraremos nesta questão, uma vez que esta não é objetivo central deste estudo.

Apesar do conhecimento da população de que este programa não resolveria as dificuldades de sobrevivência de todos quanto ao acesso de uma vida decente, este foi implementado no município com seriedade e contou como apoio de diversos setores da sociedade, dentre os quais os grupos de jovens, os pastorais de igreja católica, os conselhos municipais, as associações rurais e urbanas de agricultura e associações culturais, o governo local, a EBAPE, entre outros. Foi-se formado uma comissão municipal do programa, constituída por representantes deste seguimento, sempre observando a estrutura dos conselhos por lei, ou seja, este era paritário e cada representante foi escolhido pela coletividade que os representava.

Assim, as ações desenvolvidas por esta comissão sempre eram discutidas e vivenciadas a partir da necessidade da coletividade.

Dentre as ações deste programa, vivenciados por meio desta comissão citamos o aproveitamento dos poucos recursos em obras que atendiam aos interesses da coletividade, por exemplo: perfuração de poços, revitalização de entradas, construção de barreiros e açudes que serviam o maior número de pessoas. Estes eram construídos em locais determinados pelo coletivo não priorizando interesses individuais.

É importante destacar que o município desenvolveu um programa específico de alfabetização de adulto, aproveitando os alunos que sabiam ler e tinham condições de lecionar para serem professores e os demais “analfabetos” para se alfabetizarem. Este programa teve apoio da prefeitura, EBAPE e Igreja Católica. O número de alunos e os resultados conseguidos com este programa foram consideráveis, sendo este destaque a nível regional e estadual.

Tantas foram às ações que as populações locais, dotadas de forte poder de mobilização, participação nas questões locais que este programa desenvolvido no município mereceu destaque no estado de Pernambuco e desta forma Tabira Pôde ter a oportunidade de aflorar uma cultura já existente de participação, e sobretudo, de atuação eficaz nos destinos do município em serviço da coletividade.

4.1.4. O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável

Em setembro de 1999, chega ao município uma equipe de 6 técnicos da SUDENE/ PNUD para implantar no município o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável- Projeto Piloto, e sua missão era de promover o desenvolvimento sustentável em Tabira. O Município teve a oportunidade de vivenciar este programa por sua performance no uso dos recursos provenientes do PFCES- Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca de 1998.

Desta forma Tabira participou como Município Piloto neste programa. E posteriormente sua meta se estendeu para os demais municípios da região visando assim construir um novo modelo de desenvolvimento na região do Semi-Árido nordestino. (ver Anexo 3).

A fase inicial do programa no município foi o de articulação e mobilização de parceiros. Estes eram pessoas simples ligadas a instituições da sociedade civil, tais como organizações sindicais, culturais, comércio local e do governo.

Este programa contou com o apoio de todas as instituições que participaram avidamente deste processo de mobilização e divulgação do programa. Como se tratava de algo novo para a maioria da população causou surpresa e ao mesmo tempo insegurança nos seus resultados.

De acordo com a fala realizada pelos técnicos do programa SUDENE/ PNUD expressa no Documento Análise Participativa da Realidade “O Interesse dos tabirenses pela proposta se materializou em uma grande quantidade de reuniões, tanto com instituições públicas, quanto com organizações da população, encontros com alguns segmentos, como estudantes, mulheres, produtores de cultura, entrevistas e oficinas”.

Mas, com a participação contínua nos vários eventos promovidos pela equipe responsável pelo Programa no município, as pessoas se entusiasmaram, e começaram a se

identificar com a metodologia participativa inerente à filosofia do programa. Desta forma como evidencia o Vereador e na época, 2000, Edmundo Barros, *“As pessoas começaram a reivindicar mais das autoridades públicas constituídas, projetos e ações em prol da coletividade como também, fruto da metodologia e de todo conhecimento que estas pessoas tiveram ao participar deste programa”*.

Durante todo o processo de divulgação, mobilização, articulação, trabalho de campo e gabinete, setores diversos da sociedade participaram ativamente, contribuindo de forma significativa para a elaboração do Diagnóstico do Município, denominado que culminou no documento “Análise Participativa da Realidade”, apresenta o perfil do município, evidenciando suas dificuldades em implementar o Desenvolvimento Local Sustentável e, ao mesmo tempo apresenta as potencialidades existentes no município de conseguir tal objetivo.

Na visão dos técnicos o que mais chama a atenção no município é a postura do tabirenses frente a seus problemas e à possibilidade de agir no coletivo pelo coletivo, permeado por fortes laços de solidariedade e cooperação mútua que preferimos chamar aqui de Capital Social da população, expressa também pelo grande número de organizações da sociedade civil e suas formas de participação na gestão pública, o forte apego à cultura, particularmente a poesia.

O documento “Análise Participativa da Realidade”, elaborado pelo conjunto da sociedade tabirenses com orientação dos técnicos do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável da SUDENE/PNUD configura-se como um marco na implantação de uma nova política a ser vivenciada no município uma vez que este foi elaborado pelo conjunto da sociedade na tentativa de promover o desenvolvimento para o coletivo e não para uma minoria.

A metodologia aplicada pelo programa pautando-se na participação efetiva da população, grande empatia dos técnicos para com a população, para a construção da Análise Participativa da Realidade, que corresponde a uma fase fundamental da metodologia, objetivando desenvolver, de forma participativa, a capacidade dos atores locais de identificar e conhecer a realidade, isto é fazer o diagnóstico e a partir deste e verificar as potencialidades, bem como elaborar projetos e, com ajuda de parceiros, implementá-los visando o desenvolvimento.

O objetivo específico da fase de Análise Participativa da Realidade é desenvolver, de forma participativa, analítica e crítica, a capacidade dos atores locais de identificar e conhecer sua realidade e de proporem sua transformação com base em Diagnóstico Participativo, projetos estratégicos de desenvolvimento.

A matriz de construção da Análise participativa da realidade obedece aos seguintes passos:

Tabela 9 Matriz de Construção da Análise Participativa da Realidade

Resultados	Atividades
Resultado 1. Meios de comunicação divulgando e apoiando a fase de Análise da Realidade do Programa e Comissões temáticas formadas com representantes locais.	Atividade 1.1. divulgação da fase de análise participativa da realidade por meio de divulgação e de reuniões de sensibilização; Atividade 1.2. formação de Comissões Temáticas (saúde, educação, Trabalho e Renda, Meio Ambiente, etc) envolvendo os representantes dos grupos de apoio locais; Atividade 1.3. apresentação e discussão sobre o papel das Comissões Temáticas em todo o processo do programa;
Resultado 2. Representantes das Comissões temáticas capacitados para o levantamento de dados para a Análise Participativa da Realidade e Comissão de Coordenação com representantes da sociedade civil e política participando do processo.	Atividade 2.1. Capacitação de cada Comissão Temática, por meio de oficinas, para promover o levantamento de informações locais em sua respectiva área; Atividade 2.1. realização de oficinas de sistematização das informações dos levantamentos de dados; Atividade 2.2. realização de oficinas de identificação das potencialidades, problemas, causas e soluções para as questões identificadas em cada área; Atividade 2.3. Identificação de uma Comissão Coordenadora, formada por representantes das Comissões Temáticas que se responsabilizará pela coordenação e divulgação dos trabalhos realizados do fórum;
Resultado 3. Fóruns de discussão da realidade	Atividade 3.1. realização de oficinas preparatórias e identificação de responsabilidades para a realização e

<p>realizados e Diagnósticos participativos validados.</p>	<p>divulgação do Fórum de Desenvolvimento Local do Município; Atividade 3.2.realização de Fórum de Desenvolvimento Local do Município; Atividade 3.3.sistematização dos resultados do Fórum e redação do Diagnóstico participativo do município; Atividade 4. entrega do documento as instituições existentes no município;</p>
<p>Resultado 4. projetos prioritários definidos e Seminário de Planejamento Estratégico e Seminários de Articulação de parceiros realizados.</p>	<p>Atividade 4.1.promoção de oficinas de discussão das propostas de soluções apresentadas no fórum e identificar projetos estratégicos para o município; Atividade 4.2.realização de oficinas ou seminários para discutir e implementação dos projetos prioritários estratégicos, a identificação de parceiros e a articulação para projetos prioritários; Atividade 4.3.realização de oficinas para discutir a implementação dos projetos estratégicos em uma micro-região e aglomerados de municípios; Atividade 4.4.elaboração de relatório final com apresentação dos relatórios comentado dos resultados alcançados e dificuldades encontradas.</p>

Fonte: Manual de Planejamento participativo em Desenvolvimento Local Sustentável do Nordeste. Apostila da Disciplina Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local. Mestrado- 2000.

No desenrolar deste programa, foi criado um conselho, objetivando uma maior participação dos setores da sociedade civil nas ações do governo municipal. O CONDET- Conselho de Desenvolvimento de Tabira é um organismo de regulação que conta com representantes do governo e segmentos de instituições organizadas. Este participa desde a sua criação em 2000, em todas as ações implantadas pelo governo municipal. Possui sede no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e se reúnem sistematicamente para discutir e melhorar projetos para as comunidades rurais, bem como estudar e participar das políticas e projetos desenvolvidos pelo Executivo Local.

Dentre as ações elencadas como prioritárias para o desenvolvimento do município de forma sustentável, uma foi conseguida, qual seja, o Centro de Geração de Renda que está sendo instalado ainda no primeiro semestre de 2003. O centro universitário da UPE- Universidade de Pernambuco encontra-se em fase final de conclusão. O problema da água foi sanado em parte por um programa de abastecimento de água simplificado e construção de açudes e barragens.

4.1.5. A influência do Capital Social da População nas Políticas Públicas.

A influência do Capital Social nas políticas públicas aparecem sob a forma de participação efetiva da população nas ações do governo, bem como, instituições locais. A ação do CONDET é uma realidade neste sentido uma vez que este participa, como já evidenciamos das ações do governo nos diversos aspectos. A participação efetiva da população no Programa de Desenvolvimento Local Sustentável também funciona como uma ação em que o Capital Social da população se faz aflorar e funcionar de forma plena.

Como evidenciamos anteriormente o aprendizado construído durante a implantação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, somado a característica própria do povo de Tabira de se organizar de pensar do coletivo, fez com que nos últimos anos tenha surgido uma participação efetiva da população nas políticas públicas do município. Outro fator que contribuiu de forma significativa para uma atuação cada vez mais eficaz da população dos destinos de Tabira foi às últimas gestões no município, mais especificamente a de 1997 a 2000. A atual também segue os passos da anterior; porém de uma forma mais conflituosa com o CONDET, principal mecanismo de regulação das políticas públicas. Esta relação entre CONDET e Poder Executivo Local sofreu um desgaste durante as eleições devido a ideologias diferentes dos diversos membros que constituem este conselho. No entanto, na atualidade segundo integrantes do executivo local esses “ranços” já estão sendo superados. Em entrevistas com integrantes do CONDET, observamos uma forte vontade de colaborar com o município, pois estes têm uma clara noção da sua ação para o desenvolvimento do Município, mesmo porque este organismo é composto por diversos setores da sociedade desde governo a associações rurais e com ideologias políticas próprias. Desta forma, as divergências são discutidas no âmbito do

conselho e, após chegada a uma conclusão é levada à apreciação do coletivo que tem poder também de sanção. Essa postura do CONDET e das instituições que este representa, sempre primando pelo coletivo, por ações que venham dar sustentabilidade a projetos e programas oriundos do executivo ou não mostra a importância do programa de Desenvolvimento Local Sustentável desenvolvido no município, que já contou com um grande estoque de Capital Social da população e, com sua ação eficaz, contribuiu com a geração de mais capital social para essa população que hoje tem clara certeza do seu papel nos destinos do município.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar a relação existente entre Capital Social para a efetividade de um programa de Desenvolvimento Local Sustentável no município de Tabira foi o objeto de estudo deste trabalho. E nesse sentido, a hipótese que se colocava era a de que implantar e desenvolver esse programa de forma exitosa não se configurava num empecilho no município em questão, isto pela posição geográfica (região semi-árida) e nível socioeconômico.

Dessa forma, a questão central deste estudo incide na ação de todos que compõe a sociedade e na capacidade destes de se sentirem mentores e atores do Desenvolvimento a partir de uma cultura cívica que os impulsiona rumo a obtenção de objetivos coletivos. Isto exclui a idéia de que o espaço e condições socioeconômicas da população seja determinante para o bom andamento das instituições e conseqüentemente de um governo democrático.

Nesse contexto, observamos por meio desse estudo que o fator socioeconômico pouco influenciou no bom andamento desse programa no município. Isto porque, apesar do pouco acesso a informações por parte de uma considerável parcela da população em virtude da existência no município de analfabetos, limitando um pouco a ação de alguma parcela da população, principalmente aquela parte que não se encontra participante de organismos organizacionais, tais como associações e conselhos.

No entanto, a existência de emissoras comunitárias em Tabira democratizou a informação que, a partir de então, foram disseminadas ao total da população pelos Conselhos e Associações existentes do município que têm programas objetivando a disseminação das ações destes organismos bem como do Executivo Local.

Essa facilidade com que povo de Tabira se organiza e participa dos destinos de município fez com que conforme destacamos anteriormente, os destinos - quando estes perpassavam pela questão política por meio do voto - dependessem da totalidade da população. Ou seja, desde a questão eleitoral, no município, verificamos que esse Capital Social do povo de Tabira se revelou como essencial para a eleição de gestores que atendam ao interesse da coletividade e não de uma oligarquia política como é comum ainda em algumas regiões do semi-árido.

Outro fator em que pesa a ação de uma postura cívica da população pautada por laços de solidariedade e cooperação da população é verificado pela forma como a população do município desenvolveu o programa de Enfrentamento aos Efeitos da Seca. Programa tal que teve reconhecimento ao nível estadual pela desenvoltura como a população equacionou despesas, reorganizou ações em prol da coletividade e operacionalizou-as também tendo no coletivo seu instrumento de atuação.

Ações como implantação e ampliação dos círculos de cultura por meio de parceiros existentes em Tabira, objetivando com isso a erradicação do número de analfabetos, foi de grande importância para a efetividade deste programa, somado a ações que viabilizavam a minimização da falta de água na localidade, com a construção de açudes, barreiros e construção de poços artesianos. A solidariedade e o trabalho conjunto de todos neste programa foi fator decisivo para que o município fosse escolhido para implantar o programa ainda em fase piloto a ser desenvolvido pela SUDENE/PNUD em parceria com população tendo em vista o Desenvolvimento Local sustentável.

Observamos, durante nossos estudos que a implementação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável no município em tela não contou com grandes desafios. Houve, desde o início, um apoio da população a este novo modo de pensar e fazer com o desenvolvimento do município seja pensado e executado por representantes da coletividade e com acompanhamento de toda a população através dos mecanismos de divulgação que integram a metodologia do Programa. Neste fim, constatamos que a tarefa de realizar o diagnóstico do município, elencar as potencialidades, elaborar projetos, buscar parceiros e implementá-los foi uma tarefa prazerosa e que trouxe muito aprendizado para o conjunto da população. E este aprendizado se refletiu na construção de mais Capital Social para a população o que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do município em muitas esferas. Um exemplo deste aprendizado é aplicado na educação. Ou seja, a metodologia participativa com que a população teve conhecimento ao participar do programa é implantado nas instituições escolares quando constrói o diagnóstico da escola, e a partir deste elencar as potencialidades e realizam sub-projetos buscando parceiros para a obtenção dos resultados almejados. Outro exemplo de participação efetiva da população na elaboração e regulação de políticas Públicas herdadas do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável implantado pela SUDENE/PNUD no município, foi o programa

Prefeitura nos Bairros (adotado pela gestão passada) que tinha o objetivo de a partir das necessidades da população elaborar políticas Públicas voltadas para atender os interesses da coletividade.

O CONDET, conforme destacamos anteriormente, nascido do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável em 2000, funciona com autonomia na regulação de políticas públicas no município. Ou seja, os programas e projetos do Executivo Local precisam ser validados por este conselho que na sua constituição conta com representantes de todos os segmentos da população. A sociedade civil, as instituições públicas e privadas têm representantes neste conselho que por ser paritário e ter indivíduos de várias facções políticas utilizam a lógica do conflito virtuoso como seu lema para equacionar o direito da maioria com a vontade de poucos.

Neste sentido, ao final deste estudo, verificamos que é na lógica do conflito virtuoso, nas diferenças e na solidariedade que faz parte do povo nordestino e em especial do semi-árido que um novo mundo se constrói, com participação de todos em busca de uma sociedade melhor onde o eu seja substituído pelo nós. Assim, este conhecimento se reflete em reserva de Capital Social e este se constitui no grande cimento das políticas de Desenvolvimento Local Sustentável. Ou seja, o que é relevante é o poder que uma determinada população tem de se sentir mentor do seu próprio desenvolvimento e agir de forma sistêmica e holística para que isto aconteça e não necessariamente os contextos socioeconômicos de um lugar que o faz forte ou fraco para desenvolver uma política voltada à sustentabilidade e inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS ESCOLAR PERNAMBUCO- Espaço Geográfico Cultural. Recife. Grafset, 1999.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2003. Acessível pelo site www.ipea.org.br

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Problemática da Seca*. Recife, Líder Gráfica, 1999.

AUGUSTO DE FRANCO. (Org.) *Cartas Dlis: Coletânea das 22 primeiras “Cartas Dlis”/ Agência de Educação para o Desenvolvimento.- V. I (nov. 2002)- Brasília: A Agência, 2002.*

BAGNASCO, Arnaldo. *Razões e ficções do desenvolvimento*. Org. Glauco Arbix, Mauro Zilbovicius, Ricardo Abravanovoy – São Paulo; UNESP, Edusp, 2001.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia do Desenvolvimento Local Sustentável*. Brasília IICA, 1999.

_____, Sérgio C. *Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável*. Apostila da Disciplina Gestão e Planejamento do Desenvolvimento Local, Recife, 2000.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. (Org.) *Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo, Cultrix, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 3 ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

FREIRE, Paulo. Sobre Educação (diálogos). Educação e Comunicação. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GADOTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo, Perópoles, 2000.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais, 2000.

JARA, Carlos Júlio. Capital Social: *Construindo redes de confiança e solidariedade*. IICA/Equador, 1999. Acessível pelo site www.ipea.org.br

_____, Carlos Júlio.(Org.) *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local – Desafios de um processo em construção*. Brasília, IICA: Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

LEROY, Jean- Pierre. *Tudo ao mesmo tempo agora: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Democracia: O que você tem a ver com isso?* Periódicos, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

JATOBÁ, Lucivânio & LINS, Raquel Caldas. *Introdução à Geomorfologia*. Recife, Bagaço, 1998.

MANUAL DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO. *Desenvolvimento Local Sustentável do Nordeste. Apostilha da disciplina Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local*. Mestrado MPA/NE, Recife, 2000.

MATHUS, Carlos. *Adeus senhor Presidente, governantes governados*. São Paulo, FUNDHAP, 1996.

MOURA, Edson. *Notas para a história de Tabira*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

NASCIMENTO, Humberto Miranda de. *Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no sertão baiano. A experiência de organização de pequenos agricultores do município de*

Valente. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da UNICAMP, Campinas, 2000.

NEADOOWS, D. et. Al. *Os limites do crescimento*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

PORTER, Michael E. *Competição: Estratégias competitivas essenciais*. São Paulo, Campus, 1999.

PNUD. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. Brasil, 1998.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

SANTOS, Maria José dos. *Subsídios ao ensino de geografia do município de Tabira*. Monografia apresentada ao curso de especialização da UPFE. Recife, 1999.

SILVA, João Gilberto Farias. *Nós da Rede – As relações sociais na rede de defesa civil do Recife*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação da UFPE. Recife, 2002.

SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SIG, Acessível pelo site www.sudene.gov.br

_____, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. *Análise Participativa da Realidade de Tabira*, PDLS, 2000.

TABIRA, Prefeitura Municipal de. *Secretarias Municipais de Educação e Saúde*. Tabira, 2000.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

QUADRO CRONOLÓGICO DAS SECAS					
Década	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX
00		1603 1608	1707	1804 1808/1809	1900* 1903
10		1614	1710*/1711	1814	1915* 1919
20			1721*/1722 1723/1724 1725/1726 1727	1824/1825* 1829	
30			1730 1736*/1737	1830 1833	1932*
40		1645	1744/1745 1745/1747	1844/1845*	1942
50			1751 1754		1951*/1952 1953 1958*
60			1760 1766		1996
70			1771/1772 1777/1778*	1870 1877*/1878 1879*	1970* 1976 1977
80	1583 1587		1783/1784	1888/1889*	1980 1981/1983 1988
90		1692	1791/1792 1793	1898*	1991/1993

Fonte: As secas no Nordeste, Recife, SUDENE- DRN, 1979

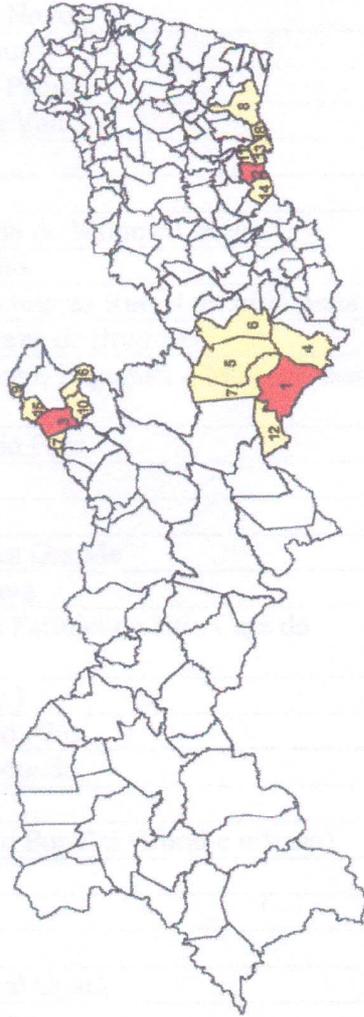
* Ano que a seca abrangeu todo o NE.

Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável

SUDENE/PNUD

Fase de Multiplicação do Projeto Piloto - 2002/2003

PERNAMBUCO



Municípios	
1	ITAIBA
4	AGUAS BELAS
5	BUIQUE
6	FEDRA
7	TUPANATINGA
12	MANARI
2	SÃO BENEDITO DO SUL
8	AGUA PRETA
11	Jaqueira
13	MARAIAL
14	QUIPAPA
18	XEXEU
3	TABIRA
9	EREJINHO
10	INGAZEIRA
15	SANTA TEREZINHA
16	TUPARETAMA
17	SOLIDÃO

■ Inicialmente trabalhado pelo Piloto
■ Expansão



Seção de Cartografia e Geoprocessamento

ASSOCIAÇÃO	LOCALIDADE
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabira	Tabira
Associação Rural da Inveja	Inveja
Associação Rural de Lagoa Nova	Lagoa Nova
Associação Rural da Chapada	Chapada
Associação Rural de Cajazeiras dos Cristinos	Cajazeira dos Cristinos
Associação Rural de Cajazeiras dos Marques	Cajazeira dos Marques
Associação Rural de Barro Branco I	Barro Branco I
Associação Rural do Sítio Azeitona	Azeitona
Associação Rural do Sítio Morcego	Morcego
Associação Comunitária do Sítio Cachoeira dos Cordeiros	Cachoeira dos Cordeiros
Associação Rural de Santa Luzia	Santa Luzia
Associação Rural de Fazenda Nova	Fazenda Nova
Associação Rural de Campos Novos	Campos Novos
Associação Rural do Logradouro	Logradouro
Associação Rural do Poço de Pedra	Poço de Pedra
Associação Rural de Malhada Velha	Malhada Velha
Associação Rural de Jurema	Jurema
Associação Rural do Retiro	Retiro
Associação Rural de Queimada do Milho e Catéis	Queimada do Milho/Catéis
Associação Rural da Conceição	Conceição
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Jureminha	Jureminha
Associação Rural dos Moradores de Brejinho	Brejinho
Associação Rural de Santa Clara, Lagoinha e Malhada dos Bois	Santa Clara
Associação Rural de Riacho de Fora	Riacho de Fora
Associação Rural de Araras	Araras
Associação Rural de Várzea	Várzea
Associação Rural de Cachoeira Grande	Cachoeira Grande
Associação Rural da Borborema	Borborema
Associação dos produtores de Farinha do sítio Cajá de Baixo	Cajá de Baixo
Associação Rural de Bandeira I	Bandeira
Associação Rural de Tabuleiro Alto	Tabuleiro Alto
Associação Rural de Poço Redondo	Poço Redondo
Clube Renascer (3ª Idade)	Tabira
Pastoral da Juventude do Meio Popular (Rural e urbana)	Tabira
Pastoral da Criança	Tabira
Pastoral da Mulher	Tabira
Pastoral Carcerária	Tabira
Movimento da Juventude Rural Cristã	Tabira
Encontro de Casais com Cristo	Tabira
Sociedade Assistencial Amigos de Tabira-SAAT	Tabira
Centro de Estudos e Ação Popular do Sertão do Pajeú(CEASP)	Tabira

Sociedade São Vicente de Paula	Tabira
Cooperativa de Produção Agropecuária de Tabira LTDA (COOPERAL)	Tabira
Cooperativa Mista Agrícola de Tabira-LTDA (COMITAL)	Tabira
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal de Tabira	Tabira
Associação do Movimento de Mulheres Urbanas e Rurais de Tabira (AMURT)	Tabira
Associação de Poetas e Prosadores de Tabira (APPTA)	Tabira
Patrulha de Violeiros Amadores (PAVAM)	Tabira
Associação dos Alcoólicos Anônimos	Tabira

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO- UFPE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE- SUDENE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.**

***CAPITAL SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL***

A experiência de Tabira- PE.

Sineide de Lima Gomes

Recife, 2003